

Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África*

Frederick Cooper**

Este artigo faz parte de um esforço para apresentar uma análise comparativa de historiografias da África, da América Latina e da Ásia – com suas próprias tradições acadêmicas, *insights* e fragilidades – evitando a hipótese de que esta interação simplesmente representa o empréstimo de historiografias aparentemente mais “desenvolvidas”. O intercâmbio intelectual não é algo novo entre os países do hemisfério sul. Com o início do século XIX, as primeiras tentativas feitas por intelectuais africanos para confrontar assuntos referentes ao colonialismo e ao racismo vincularam-se a contatos com americanos de descendência africana e, posteriormente, com líderes do anticolonialismo, oriundos da Ásia e do Caribe. Mais tarde, as limitações das ideologias anticoloniais e do nacionalismo foram analisadas, na África, com a ajuda de argumentos derivados dos teóricos da dependência latino-americana.

* “Conflict and Connection: rethinking Colonial African History” foi originalmente publicado em *American Historical Review*, n. 99, 1994, p. 1516-45. © American Historical Association. Tradução: Dorisvelton Rosa. Revisão: Rosalia Garcia e Adriana Schmidt Dias.

** New York University. Sou grato pela apreciação e pelos conselhos de Shiva Balaghi, Keith Breckenridge, Jane Burbank, Catherine Burns, David William Cohen, Fernando Coronil, Mamadou Diouf, Nicholas B. Dirks, Prasenjit Duara, Dorothy Hodgson, Florencia E. Mallon, Mohamed Mbodj, Gyan Prakash, Timothy Scarnecchia, Julie Skurskie, John Soluri, Ann Stoler, Kerry Ward e Luise White.

Particularmente, o Grupo de Estudos Subalternos tem produzido um grande efeito na análise de regiões que já foram colonizadas, colocando em destaque seu processo de construção histórica. Enquanto esforçavam-se para recuperar as vidas das pessoas esquecidas nas narrativas de exploração global e de mobilização nacional, este grupo de historiadores colocou em dúvida as próprias narrativas, suas fontes materiais, suas bases teóricas e a posição de sujeito dos historiadores. “O caráter subalterno das histórias não ocidentais”, bem como o de certos grupos sociais, foi revelado dentro daquelas histórias que existem à sombra da Europa, não somente devido à poderosa intrusão da colonização em outros continentes, mas também em virtude da auto-percepção européia de um movimento voltado à construção do Estado, do desenvolvimento capitalista e da modernidade, ter marcado, e continuar marcando, a visão histórica de progresso, contra a qual a história da África, da Ásia, da América Latina apresentam-se como o “fracasso de uma nação em se tornar nação” e da “liderança da classe burguesa e trabalhadora”.¹

Através deste artigo, levarei em consideração a ênfase nos ensaios de Gyan Prakash e de Florencia Mallon, realizando uma abordagem um pouco diferente. Ambos analisaram as contribuições dos Estudos Subalternos para uma perspectiva historiográfica mais abrangente, demonstrando claramente a marcada tensão presente em seus textos entre os esforços para recuperar a história e a função do subalterno. Também analisaram sua própria produção discursiva, percebendo como as categorias coloniais de conhecimento nivelaram as experiências multifacetadas das populações coloniais. Neste artigo, pretendo explorar os modos – com paralelos e diferenças – através dos quais os historiadores confrontam a experiência da dominação colonial. De acordo com os historiadores africanos, o valor da historiografia indiana não está baseado no fato de nossos colegas oferecerem soluções já prontas aos nossos problemas, mas na idéia de que todos estamos comprometidos, de diversas formas, com debates intimamente relacionados.² Ambas historiografias lutam contra, mas raramente escapam, da visão dicotômica caracte-

rística da ideologia colonial, gerada pela oposição do colonizador civilizado e do colonizado primitivo. O risco de explorar o binário colonial está na sua redução, seja através de novas variações dicotômicas (o moderno *versus* o tradicional), seja pela inversão (o imperialista destruidor *versus* a tolerante comunidade de vítimas). A dificuldade está em confrontar o poder gerado pela expansão européia, sem supor que esta foi a única causa, e investigar o conflito entre diferentes formas de organização social, sem considerá-las auto-sustentáveis e autônomas. Os binários colonizador/colonizado, ocidente/não-ocidente e dominação/resistência, são mecanismos úteis para iniciar o estudo de questões de poder, mas acabam limitando a pesquisa sobre a forma exata pela qual o poder é difundido e as formas como esse poder é engajado, contestado, desviado e apropriado.

Com a independência da África, os historiadores foram fortemente levados a encontrar um domínio que poderia ser definido de duas formas: africano sem ambigüidade e resistente ao imperialismo. Na historiografia dos Estudos Subalternos, a clareza de tais categorias é questionada. Mesmo assim, elas continuam presentes no próprio conceito de subalterno, como também na insistência de Ranajit Guha, de que podemos examinar o domínio “autônomo” do subalterno e revelar pessoas agindo “por conta própria”.³ Guha, a exemplo de muitos historiadores africanos, quer que seus subalternos tenham uma consciência rica e complexa, que exercitem sua função autônoma e que ainda se mantenham na categoria de subalternos. Ele quer que o colonialismo se mantenha decididamente colonial, apesar das contradições dos seus próprios projetos de modernização e de sua insistência na manutenção de limites, apesar de o poder intervencionista ser contingente pelas ações dos subalternos.⁴ Os Estudos Subalternos mostram acertadamente que o discurso colonial tenta conter suas oposições dentro de suas próprias categorias, seja na forma de suas idéias “liberais” de autodeterminação ou nas ações “irracionalistas” do povo “primitivo”. Até que ponto o discurso colonial poderia, de fato, conter seus desafios e tensões, é algo a ser questionado.

O grupo de Estudos Subalternos transformou o que poderia ser, até agora, outro exercício de auto-indulgência no ocidente – infundáveis críticas da modernidade pretensões universalistas do discurso ocidental – em algo mais valioso, pois insiste que a posição de sujeito do povo colonizado, omitida pela teoria europeia, não deveria simplesmente desaparecer. Ao mesmo tempo que aproveitou os *insights* do grupo de Estudos Subalternos para reexaminar a história colonial da África, espero também evitar os dualismos que estão chegando pela porta dos fundos em ambas as historiografias. A utilização do conceito de “resistência” por historiadores africanos é geralmente menos tênue, dialética e autoquestionadora do que o desdobramento da ideia da função do subalterno pelos historiadores indianos. Contudo, ambos os conceitos correm o risco de nivelar a vida complexa dos povos coloniais e subestimar a possibilidade de que as ações dos africanos e dos indianos podem, de fato, alertar os limites da subordinação em um regime colonial aparentemente poderoso. A crítica à modernidade tem seus próprios perigos, como Dipesh Chakrabarty alerta ao reconhecer que também uma simples rejeição poderia ser “politicamente um suicídio”.⁵ Podemos concordar com Guha e seus colegas, que as narrativas do mestre marxista sobre o progresso inexorável do capitalismo sejam também outra forma de teoria ocidental, do mesmo modo que são as metanarrativas nacionalistas do triunfo assumido pelo estado-nação. Contudo, os historiadores não deveriam privar-se de instrumentos analíticos necessários ao estudo do capitalismo e seus efeitos no mundo, em toda a sua complexidade, contingência e limitações. O reconhecimento da violência e da opressão dentro da generalização do modelo de estado-nação em todo o mundo também não deveria cegar-nos para o potencial de violência e de opressão existentes em outras formações sociais. Busco, nesta análise, também reposicionar o papel do capital e do Estado, tornando-os um objeto de análise mais interativo e pleno de nuances do que os enfoques que enfatizam os ataques às metanarrativas e à modernidade.

Há razões para as diferentes ênfases nas historiografias dos dois continentes. O grupo de Estudos Subalternos surgiu na década de 1980, aproximadamente quarenta anos após a independência da Índia, como manifestação crítica de uma interpretação nacionalista estabelecida da história, bem como de argumentos “progressivos”, sejam liberais ou marxistas. Os movimentos de independência da África são mais recentes e suas histórias apenas começaram a ser escritas. A decepção dos africanos e africanistas com as consequências da independência, na década de 1970, tomou forma através da ênfase em determinantes externos dos problemas econômicos e sociais, gerando, portanto, uma aproximação acerca da teoria da dependência latino-americana. Um fator mais importante que impede a densidade dos debates possíveis na Índia tem sido a catastrófica situação econômica enfrentada pela África, especialmente desde a década de 1980, e as duras condições materiais as quais acadêmicos africanos, instituições educacionais e culturais funcionam.⁶

Diferentes experiências dão surgimento a diferentes suposições iniciais. A categoria *subalterno* é um ponto de partida intuitivamente atrativo para os sul-asiáticos, dada a ampla percepção compartilhada de distinção social na Índia como duradoura, coerciva e prontamente delineada, mesmo quando os acadêmicos colocam as bases da distinção social em questão. As gerações recentes de acadêmicos africanos têm testemunhado – e freqüentemente fazem parte de – um momento, talvez impar, de mobilidade considerável e salto de categoria que reflete a súbita expansão dos sistemas de educação na década de 1950, a prosperidade exportada no pós-Segunda Guerra Mundial, a precipitada africanização do serviço civil e o rápido desenvolvimento de redes de clientela e políticas distributivas estimulados pelos Governantes africanos. Enquanto muitos acadêmicos têm tentado dissecar e examinar a idéia de uma Índia “essencial”, outros sentem que devem unir a “África” frente a percepções gerais de divisão duradoura e imutável. A crítica dos Estudos Subalternos sobre os modos pelos quais um Estado nacionalista adota o projeto de controle de um Estado colonial dá origem a repercussões

solidárias entre africanos e africanistas, desiludidos com os Estados pós-independência. Porém, também origina um certo ceticismo sobre as alternativas concebíveis, dada a amarga experiência, no caso da Somália contemporânea, com o que “as comunidades” podem fazer umas com as outras quando o Estado perde suas capacidades de controle na era das armas automáticas.⁷

Apresento, a seguir, uma apreciação da historiografia africana, enfatizando as conexões entre o modelo de “resistência”, crucial para o seu desenvolvimento, e os novos estudos sobre o colonialismo. Sustento a idéia de que ambos os conceitos devem ser aprofundados. As políticas na colônia não devem ser reduzidas a políticas anticoloniais ou nacionalistas: os africanos perceberam que as “comunidades *idealizadas*” eram menores e maiores do que a Nação, por vezes, colocando-se em crescente tensão entre elas ou em antagonismo repressivo.

A eclosão de libertações coloniais que se seguiu após a independência de Gana, em 1957, levou os Africanistas a projetar retrospectivamente a idéia de nação. Os novos Estados africanos precisavam de algo em torno do qual pessoas diferentes poderiam construir um senso de comunidade. De acordo com um observador perspicaz⁸, os acadêmicos africanos atuavam como se fizessem parte de um “Comitê de Estudiosos Engajados em Prol de uma África Livre”. A primeira geração de historiadores africanos, procurando diferenciar-se dos historiadores imperialistas, empenhava-se em encontrar a verdadeira história da África.

A resistência africana à conquista e à colonização européia reafirmou a integridade das políticas e das estruturas pré-coloniais (que são o tópico principal), fornecendo uma ligação entre elas e o desafio nacionalista quanto à administração colonial. Resistência era o elemento-chave na contínua narrativa da história africana. Terence Ranger defendia especificamente uma conexão entre “movimentos iniciais de resistência”, no início da colonização, e o “nacionalismo moderno de massa”. A resistência inicial resultou numa mobilização através de uma rede de associações muito mais ampla

do que as unidades de parentesco ou as “tribos” forneciam e o aumento dessa escala criou a base para os movimentos subseqüentes. Ranger destacou em um estudo detalhado de uma revolta, no extremo sul da Rodésia, o papel dos espíritos mediúnicos na mobilização dos rebeldes em extensas regiões e no fornecimento de uma estrutura coerente para a resistência.⁹

Enquanto tais análises levavam a uma perspectiva centralizada na África, elas paradoxalmente focalizavam o colonialismo europeu como sendo o que realmente importava no século XX.¹⁰ Uma aparente retórica populista ocultava o privilégio das elites africanas, tanto na década de 1960 quanto na década de 1890, através do seu anti-colonialismo, das tensões minimizadas e das desigualdades dentro das sociedades africanas. Sensível a essas questões historiográficas, Ranger deixou de lado a linearidade dos seus primeiros argumentos, defendendo uma abordagem mais polivalente e matizada para a mobilização política africana.¹¹ Todavia, os estudos sobre o sistema de resistência demonstraram, de forma conclusiva, que as conquistas e as intervenções coloniais, no modo de vida africano, foram vigorosamente questionadas, que as guerrilhas sem centralização política eram tão importantes quanto as ações armadas dos Estados africanos, que tanto mulheres quanto homens se envolviam em atos de resistência e que a ação individual – afastando-se do coletor de impostos ou agente recrutador, ignorando ordens, respondendo de forma insolente e criticando as afirmações de missionários, médicos e educadores - complementavam as ações coletivas.¹²

Para os autores da coleção UNESCO sobre a história da África (série com a intenção de refletir sobre as primeiras gerações de estudos pós-independência africanos e africanistas), o assunto-chave do início da era colonial foi a defesa da soberania. Adu Boahen, editor dessa importante publicação, considerou as sociedades africanas do final do século XIX como dinâmicas, encaminhando-se a uma forma de modernidade que manteria a soberania, mas também seletivamente engajada com o comércio, a religião e a educação européias. O dinamismo das sociedades africanas antes da colonização não é

colocado em questão, porém, a concepção de Boahen concede muito poder à modernidade ocidental, particularmente em sua ênfase na força do Estado como sinal de progresso político e unidade para o avanço social, falhando em tratar de contradições originadas de estruturas sociais específicas ao contexto africano. Boahen tem pouco a dizer sobre os africanos que conquistaram outros africanos ou sobre os donos de escravos na costa de Dahomey, ou em Sahelian Sokoto, ou na ilha de Zanzibar, que fizeram outros africanos sustentar o peso da expansão comercial. A soberania não era o único assunto enfrentado pelos africanos e as invasões européias introduziram um longo e complexo processo de construção do Estado e de opressão, de produção e de exploração, bem como uma história de produtores de pequena escala e comerciantes, para os quais as conexões além-mar ofereciam oportunidades que eles não queriam abandonar e opressões que desejavam contestar.¹³

Neste ponto, vou quebrar por um momento a linearidade da discussão da própria historiografia e evidenciar uma outra abordagem pioneira. Em 1956, K. Onwuka Dike, geralmente considerado como o primeiro africano a tornar-se um historiador profissional, escreveu *Trade and Politics in the Niger Delta*, com o qual procurou romper de forma decisiva com os historiadores imperialistas que haviam sido seus mentores e escrever história a partir de uma perspectiva africana. Seu livro é menos notável pelas novas fontes que utilizou do que pelo modo direto pelo qual analisou esta interação. Os africanos não aparecem nesse texto como opositores ou colaboradores diante do envolvimento europeu no Delta; os europeus, de fato, aparecem como atores num universo de diferentes atores na região, todos tentando trabalhar com as oportunidades e dificuldades do comércio além-mar e a estrutura política regional. Dike sabia o que os comerciantes do Delta não podiam ter conhecimento de que as conexões metropolitanas dos comerciantes europeus iriam, algum dia, pôr fim ao sistema de interação; no entanto, forneceu uma avaliação da ação africana em sua intersecção com a européia num momento crucial da história africana.¹⁴

A resistência teve um poder especial nas duas décadas após o surgimento do estudo de Dike. Acadêmicos e jornalistas, querendo que o mundo ficasse atento aos movimentos anticoloniais na África, (entre os mais conhecidos estão Thomas Hodgkin e Basil Davidson), tentaram mostrar as complexas raízes de mobilização política, desde as próprias tradições africanas de governar até as memórias de batalhas contra conquistadores estrangeiros, de movimentos religiosos e trabalhistas que forneciam uma experiência de organização, culminando no desenvolvimento de partidos políticos nacionalistas.¹⁵ O próprio projeto de Dike assumiu uma tendência nacionalista também: a escola “Ibadam” enfatizou a integridade das sociedades africanas pré-coloniais que, às vezes, apareciam como precedentes para a independência da África. J. F. de Ajayi conceituou o colonialismo como um “episódio na história da África”, uma ruptura na contínua ação política africana.¹⁶ A administração colonial em si foi a mais negligenciada: para meus companheiros na universidade (1960-74), o estudo da história pré-colonial ou da resistência constituía a verdadeira história africana, mas aplicar uma especificidade similar de pesquisa àquilo que estava sendo combatido era arriscar ter seu projeto rotulado como uma volta à história imperialista.

Os questionamentos da metanarrativa nacionalista surgiram de duas gerações de acadêmicos africanos. B. A. Ogot, o mais antigo historiador do Quênia, num ensaio de 1972 sobre “o grupo Legalista” em Mau Mau, destacou que os conflitos violentos da década de 1950 não poderiam ser reduzidos a um simples jogo de moralidade: ambos os lados tinham suas visões morais, seus discursos morais. Os “Legalistas” consideravam-se engajados na defesa de um modo de vida no qual o cristianismo, a educação e o investimento em pequenas fazendas eram os meios para o progresso. A política colonial podia ser contestada dentro de certos limites, mas, para os “Legalistas”, os jovens rebeldes estavam violando as tradições Kikuyu de respeito aos mais velhos, ameaçando a comunidade.¹⁷ Uns vinte anos mais tarde, do outro lado do continente, Mamadou Diouf publicou um livro que desmascarava o mito básico de resistência do Senegal,

ou seja, a batalha de Lat Dior e seu reino Wolof contra os franceses. Segundo Diouf, Lat Dior estava defendendo “os privilégios da classe dominante e o tradicional campo em que exercitava sua exploração”, bem como a sua soberania. Seu estudo evidenciou um engajamento complexo que caracterizava o quanto o poder era mobilizado e contestado na África e o grau pelo qual a longa duração da presença francesa possibilitou o surgimento de um Lat Dior, tornando, então, impossível a continuidade desse tipo de política.¹⁸

A metanarrativa da vitória nacionalista e muitos outros contos de “resistência” têm sido frequentemente contados como histórias de homens, dando um certo espírito másculo para a narração de confrontação. A história das mulheres, em grande parte, começou com a argumentação de que “as mulheres poderiam fazer a mesma coisa”, ou adicionando o patriarcado africano ao objeto de resistência colonial. À medida que os historiadores continuavam demonstrando que a economia e a atividade social estavam definidas, contestadas e redefinidas em termos de gênero, a natureza política dessas relações necessitava ser analisada da mesma forma.¹⁹ A contestação dos papéis de gênero dentro do movimento Mau Mau é explorada por Cora Ann Presley, Luise White e Tabitha Kanogo, enquanto Timothy Scarnecchia demonstra a masculinização da política africana, na década de 1950, em Harare. Regulamentações de moradia que efetivamente não permitiam o acesso de mulheres a residências, exceto com o aval de um homem, significava que mulheres, quando sozinhas, estavam, por definição, fora da lei, sendo obrigadas a certos nichos na economia informal. Por algum tempo, tais mulheres trabalharam em um movimento sindical-político, liderado por homens, como maneira de desafiar o modo pelo qual o Estado definiu e restringiu as mulheres urbanas. O movimento fracassou e quando os nacionalistas, posteriormente, começaram a desafiar o Estado colonial de outras maneiras, sua procura para estabelecer a respeitabilidade contra a necessidade do movimento, ao tratar de recrutar trabalhadores migrantes masculinos, levou-os também a considerar

tais mulheres como seres perigosos. O nacionalismo, na década de 1950, foi explicitamente construído em termos masculinos, assim como de classe, deixando de lado sua própria história naquilo que tinha de mais ambígua.²⁰

Na África do Sul, o *Apartheid* afetou as mulheres de modos específicos: através dos núcleos de trabalhos exclusivamente masculinos, da política de migração, da feminilização da pobreza rural e da complexa hierarquia de direitos residenciais que separou os trabalhadores negros de suas famílias. Assim, o protesto era também modelado pelo gênero. As mulheres realizaram boicotes de ônibus e manifestações contra a aplicação de leis de passagem para mulheres. Uma forte e sustentada série de movimentos de protesto femininos, no distrito de Herschel da província de Cape, refletiu as circunstâncias femininas no contexto da crescente migração externa masculina, mas a União dos Trabalhadores da Indústria e do Comércio, mais formalmente organizada, colocou as mulheres de lado.²¹

A narrativa heróica tornou-se vítima não apenas dos velhos sábios e jovens acadêmicos com novos questionamentos, mas também da contínua crise na própria África. Os romancistas africanos foram os primeiros intelectuais a trazer à tona, diante de um amplo público interno e externo do continente africano, as profundas questões sobre a corrupção dentro de governos pós-coloniais e o grau de persistência da dominação externa.²² A crescente desilusão tornou altamente atrativas as teorias de “subdesenvolvimento” que colocavam a pobreza e a fraqueza de sociedades “periféricas” não na situação colonial, mas na longa duração do processo de dominação dentro do sistema mundial capitalista. O debate que a teoria de dependência suscitou teve o efeito benéfico de legitimação, entre intelectuais africanos, da noção de que proposições teóricas não eram meras imposições a partir de modelos ocidentais numa África singular, mas poderiam oferecer modos de compreender os problemas que a África compartilhava com outras partes daquilo que veio a ser chamado de “Terceiro Mundo”. Walter Rodney, um

guianense de descendência africana, foi a ligação direta para trazer a teoria da dependência da América Latina para a África, desempenhando um papel fundamental para a fundação da escola “Dar es Salaam” de história africana radical.²³ Talvez um indivíduo expatriado engajado estivesse mais bem posicionado do que os tanzanianos para desafiar as convenções nacionalistas; porém, a trágica contrapartida para isso foi o assassinato de Rodney após retornar a Guiana, e a detenção, em seu próprio país, de diversos historiadores quenianos que questionaram mitos dominantes.

As questões abordadas pelos teóricos da dependência estimularam um aumento pelo interesse na teoria marxista entre africanos e africanistas,²⁴ na década de 1950, e proporcionaram a possibilidade de diálogo através dos continentes. Ironicamente, a teoria da dependência enfatizou a subordinação comum e cedeu pouco lugar para a ação africana ou latino-americana. Determinadas abordagens marxistas supunham o domínio do capitalismo, embora uma contribuição útil da história africana para a teoria marxista foi apontar os limites encontrados pelo capital ao tentar domesticar o poder de trabalho na África.²⁵ Mais recentemente, a teoria pós-estruturalista voltou-se à análise do discurso e aos modos de representação, incluindo o do próprio acadêmico. Contudo, freqüentemente esse tipo de abordagem abriu mão das ferramentas para se empreenderem estudos de poder global e exploração. Com todas as críticas e contra-críticas entre esses enfoques, os historiadores, fora do continente africano, têm passado de um paradigma para o outro com muita facilidade, sendo que o pós-marxismo e o pós-estruturalismo têm incorporado essa tendência em suas próprias classificações. Para muitos acadêmicos americanos e europeus a insistência de que a África teve uma história, independentemente do que era dito a respeito, era evidência de uma tendência progressista; a história da África se tornava Estudos Subalternos, por falta de alternativa.²⁶

A notável exceção a essa observação vem de uma parte da África que não se encaixa na narrativa de libertação da dominação branca na década de 1960, a África do Sul. Meu grupo de estudantes

da pós-graduação, nos Estados Unidos, achou que a história da África do Sul não era suficientemente africana.²⁷ Na década de 1970, os sul-africanos expatriados foram os que mais contribuíram para a ênfase naquela região, e, à medida que isso acontecia, ocorreu uma divisão teórica: de um lado uma visão “liberal” que destacou a iniciativa africana e a interação afro-européia obstruída pelo rígido racismo dos *africaners*, *versus* um paradigma “radical” que considerou o racismo sul-africano, por si mesmo, como uma conseqüência do modo em que o capitalismo emergiu no final do século XIX e começo do século XX. Dentro da abordagem “radical”, uma linha tendeu para a concepção estruturalista de um desdobramento lógico do capital determinando a história da África do Sul. No entanto, outra procurou diretamente a inspiração em historiadores sociais europeus e americanos para revelar os modos com que os africanos conduziram seus esforços e forjaram comunidades e classe.²⁸ Historiadores da África do Sul compartilharam algumas “histórias vindo de baixo” e preocupações com os Estudos Subalternos, mas geralmente não a sua concepção de autonomia do subalterno. Charles van Onselen descreveu de forma mais exata o elemento de compartilhamento cultural que ultrapassa divisões raciais e antagonismos em comunidades pobres de fazendeiros, bem como os esforços de diversos e mutáveis grupos de brancos e negros para sobreviver ao duro processo de urbanização de Johannesburgo.²⁹ O argumento autonomista mais interessante, independente dos Estudos Subalternos, surge com a análise de Keletso Atkins referente a uma cultura específica de trabalho africana, que, de acordo com seu ponto de vista, influenciou e restringiu a aparentemente dominante cultura de trabalho do capitalismo em desenvolvimento.³⁰ Assim, a história da África do Sul, nas décadas de 1970 e 1980, foi diferenciada por um debate focalizado, apenas ocasionalmente engajando a historiografia do restante da África sobre raça, classe e capital. Na década de 1990, questionamentos das categorias e das narrativas da história marxista foram fortemente repelidos na África do Sul por aqueles que insistem que aqui, pelo menos, as linhas de poder e de exploração são claras.³¹ Esse é um debate útil

e se coloca como outro exemplo das “tensões férteis e sem resolução” entre as diferentes concepções de história, teoria e ativismo político que Florencia Mallon enfatiza na sua contribuição para o *Fórum*. Também cria oportunidades para o engajamento com as questões levantadas pelos Estudos Subalternos.

Nos últimos anos, uma nova história colonial emergiu do diálogo com estudos literários e antropológicos, abrangendo muitas partes do mundo.³² Os antropólogos passaram a questionar os modos de pesquisa etnográficos antigos e atuais, sugerindo a necessidade de um exame mais contextual e histórico do aparato que coletou e classificou o conhecimento sobre a África ou a Ásia.³³ Por sua vez, os críticos literários passaram a estudar as políticas de representação e o processo pelo qual a afirmação dentro de um discurso europeu de um senso de identidade nacional ou continental dependia de as populações não-europeias serem consideradas como o “outro”.³⁴ Ambas tradições acadêmicas encorajaram o exame das categorias e tropos através dos quais a África de exploradores missionários, cientistas, doutores e oficiais foi simbolicamente enquadrada nas classificações de “tribo” e “tradição”. Os historiadores estudaram como os censos definiram ou reificaram tais categorias como casta; como a medicina definiu a suscetibilidade a doenças em termos raciais e culturais; como a arquitetura colonial trouxe modernidade ao meio de construção, enquanto apropriavam-se de um refinado tradicionalismo para seus próprios propósitos; e como os missionários tentaram “colonizar as mentes”, forjando um indivíduo capaz de pensar sobre sua salvação pessoal, separada do ethos coletivo da comunidade.³⁵ O Grupo de Estudos Subalternos deu um passo ainda mais à frente, perguntando se as categorias de conhecimento colonial estabeleceram os termos nos quais os movimentos oposicionistas poderiam atuar ou o próprio colonialismo poderia ser criticado.³⁶

Essa tendência abriu a oportunidade de observar o quanto as colônias estavam profundamente entrelaçadas com o que era considerado europeu, e o quanto era ilusório e difícil policiar a

fronteira entre colonizadores e colonizados.³⁷ No entanto, essa perspectiva abre-se ao perigo da leitura, a partir de textos específicos, de uma “colonialidade” generalizada, abstraindo o que ocorreu nas colônias dos contextos locais e de processos globais contraditórios e conflituosos.³⁸ Mesmo um argumento tão sutil e interativo como o tratamento de Homi Bahabha do processo de imitação, no qual os colonizados atuam como se fossem “brancos, mas não totalmente”, desestabilizando a visão do colonizador das fronteiras e do controle, depende de separar a díade colonizador/colonizado de todo elemento com o qual os sujeitos possam lidar, exceto seu confronto mútuo.³⁹

É pouco claro o que os africanos pensaram sobre as estruturas simbólicas de poder colonial ou sobre as identidades com as quais estavam sendo circunscritos. O edifício cultural do ocidente poderia ser demolido tijolo por tijolo e suas partes utilizadas para moldar visões culturais completamente diferentes.⁴⁰ Recompôr tais processos vem sendo um dos esforços mais promissores empreendidos por acadêmicos inovadores. Uma tendência acadêmica que começou com a oposição “eu/outro” acabou, portanto, confrontando a artificialidade de tais dicotomias e revelando a complexa bricolagem com que os africanos agregaram práticas e crenças nas colônias.⁴¹

O problema de recuperar tais histórias, e ao mesmo tempo compreender como os documentos coloniais constroem suas próprias versões destas, tem sido o foco de cuidadosas reflexões por Ranajit Guha.⁴² À primeira vista, essas contribuições podem soar para os historiadores africanos mais como uma prática do que como um importante avanço metodológico. Os historiadores africanos, na década de 1960, afirmavam que as fontes coloniais deturpavam a história e viam o uso das fontes orais, assim como a leitura de documentos coloniais que iam contra a norma, como o caminho para a história do povo. No entanto, os acadêmicos africanos deram maior ênfase em demonstrar que os africanos tinham uma história do que em questionar como o processo de construção histórica africana estava comprometido em estabelecer ou em contestar o

poder.⁴³ Guha e seus colegas, perante o rico mas problemático *corpus* de documentos coloniais indiano, deram origem a uma proveitosa discussão sobre as dificuldades conceituais na tentativa de recuperar a consciência e a memória fora de uma elite letrada, e sobre a definitiva impossibilidade de haver um conhecimento verdadeiro que atravessasse barreiras de classe e do colonialismo. Por outro lado, os historiadores africanos tentaram ver até onde poderiam prosseguir com fontes não documentadas. Há espaço, aqui, para a troca de experiências vindas de perspectivas diferenciadas, embora a pergunta retórica de Gayatri Chakravorty “pode o subalterno falar?” possa provocar o historiador que luta para conseguir um pouco de entendimento, a retrucar “pode o teórico escutar?”.⁴⁴

O reconhecimento da superioridade do poder europeu no confronto colonial não nega a importância da ação africana em determinar a forma que o conflito tomou. Enquanto os conquistadores podiam concentrar seus recursos militares na derrota dos exércitos africanos, “pacificar” aldeias ou massacrar rebeldes, por outro lado, a rotina de poder exigia alianças com representantes de autoridades locais, fossem eles líderes de antiga linhagem ou reis recentemente derrotados. Uma leitura minuciosa das narrativas coloniais sugere um determinado *pathos*: a missão civilizadora não terminou com a conversão africana ao cristianismo ou com a generalização de relações comerciais por todo o continente, embora a escrita colonial celebrasse as vitórias contra as “práticas bárbaras” e o “fanatismo de mullahs”. Diante disso, a violência colonial foi vista como “atos de transgressão”, demonstrações vivas e freqüentemente brutais, diferenciadas por aquilo que podiam violar, mais do que por aquilo que podiam transformar.⁴⁵

A geografia econômica da colonização é tão irregular quanto a geografia do poder. O poder colonial estabeleceu ilhas de agricultura para fins comerciais e mineração cercadas por áreas de vasto recrutamento de trabalho nas quais a coerção e, com o passar do tempo, a falta de alternativas, foram necessárias para recrutar trabalhadores. Em grande parte, a força de trabalho paga que o capital

podia usar, quaisquer que fossem os desejos dos empregados, era amplamente masculina e transitória, em grande medida, porque os africanos tentavam incorporar fases de trabalho remunerado em suas vidas, ao mesmo tempo em que o capital tentava subordinar as economias africanas.⁴⁶ Foi necessária a prosperidade e o poder da África do Sul, em que uma versão racial de “acumulação primitiva” foi realizada, através de uma relativa densidade de povoamento branco, do ímpeto da mineração de ouro, depois da década de 1880, e da ação do Estado para o poder do trabalho ser separado das suas raízes sociais. Mesmo na África do Sul, o conflito sobre como, onde e sob quais condições os africanos poderiam, de fato, tornarem-se trabalhadores nunca terminou completamente.⁴⁷ Por outro lado, algumas das maiores histórias de sucesso econômico colonial aconteceram através da ação africana: a vasta expansão da produção de cacau na Costa de Ouro, na virada do século passado, a Nigéria da década de 1920; e a costa do Marfim, a partir da década de 1940, dependeram do trabalho de pequenos proprietários e de iniciativas coloniais. A agricultura comercial não era nem uma imposição colonial nem uma resposta direta da África a iniciativas de preço, e deu origem, em certos lugares, à acumulação sem a criação de uma burguesia. Este é o tipo de história que os acadêmicos dos Estudos Subalternos querem que seja contada, uma história que rompe com os moldes europeus de modernidade e com a *stasis* afroasiática. No entanto, a experiência desses fazendeiros não pode ser facilmente incluída dentro de uma noção de subalternidade.⁴⁸

A justaposição de uma presença colonizadora destruidora e concentrada e de um amplo e irregular controle “velado”, teve consequências paradoxais: levou a ocasionais práticas de punição coletiva, ou à coerção direta contra trabalhadores e agricultores relutantes, ou sobre os quais os efeitos de uma disciplina de rotina não foi projetada de forma bem-sucedida⁴⁹; tornou as fronteiras das comunidades africanas mais rígidas e suas “leis de costume” mais categóricas do que no período que antecedeu o “progresso” colonial,⁵⁰ marginalizou os africanos instruídos e cristianizados, na medida em

que o aparato do colonizador assumiu o controle e estabeleceu alianças com líderes “tradicionais”;⁵¹ estimulou conexões comerciais que capacitaram os africanos adaptados a elas a obter recursos coletivos que, posteriormente, os capacitaram a resistir às pressões para fazerem parte do trabalho remunerado;⁵² expandiu uma economia urbana mal-controlada que oferecia oportunidades para trabalhadores informais, vendedores de rua itinerantes, empresários criminosos e prestadores de serviços aos migrantes, representando amplamente a classe trabalhadora africana de maioria masculina e, dessa maneira, criando alternativas (para homens e mulheres) para os papéis nos quais o regime colonial desejava enquadrar as pessoas,⁵³ criando espaço para que africanos educados por missionários pudessem rejeitar comunidades missionárias, em favor de papéis seculares na burocracia colonial ou espaço para transformar o ensinamento do cristianismo em crítica de administração colonial.⁵⁴

Esse não é apenas um argumento sobre “adaptação” ou “resistência” africana às iniciativas coloniais. Mais propriamente, esta posição afirma que a política e a ideologia também refletiram a adaptação (e resistência) europeia quanto às iniciativas do colonizado. Essa noção se estende à periodização da história colonial: conquistadores imperiais pensavam que poderiam refazer a sociedade africana e racionalizar a exploração do continente. Já na Primeira Guerra Mundial, seus esforços haviam sido amplamente frustrados e através de políticas de “governo indireto” e “associação” começaram a fazer seus fracassos parecerem como uma política de conservação da sociedade e da cultura africana. Ao final da década de 1930, a imaginada África “tribal” se mostrou incapaz de conter as tensões que provinham de padrões muito mais complexos de mudança econômica. No final da década de 1930 e 1940, a Grã-Bretanha e a França tentaram reaproveitar a iniciativa através de um programa econômico e social de desenvolvimento. Partidos políticos africanos, uniões comerciais e organizadores rurais tornaram a iniciativa de desenvolvimento numa reivindicação por direitos políticos e sociais,

suficientemente efetiva para que a abdicação do poder e da responsabilidade se tornasse cada vez mais atraente em Londres e em Paris. Mais recentemente, a tendência de potências ocidentais em desprezar a África como sendo um continente de desastres e de má administração é um sinal de que os moldes do desenvolvimento ainda não forçaram os africanos a aceitar um papel de parceiro júnior tranqüilo e produtivo no mercado mundial.⁵⁵

Ranjit Guha caracterizou a colonização como dominação sem hegemonia, uma contradição direta das tendências das metrópoles em encobrir o exercício do poder sob as práticas e normas sociais universais.⁵⁶ A reivindicação de um governo colonial para controlar um povo específico ao qual foi negada a universalidade das relações de mercado, revelou os limites do capitalismo progressivo e fez com que os regimes coloniais procurassem legitimidade atrelando-se a noções indígenas de autoridade e de obediência. Os nacionalistas, procurando substituir os administradores coloniais sem abalar sua própria autoridade, continuaram a praticar a dominação sem hegemonia.

A distinção entre universalidade capitalista e particularidade colonial é, de fato, um argumento forte, mas Guha não chega a aprofundar essa questão. Ele esquece as implicações quanto aos limites de coerção e subestima as possibilidades dinâmicas originárias de projetos hegemônicos parciais e contraditórios que os administradores coloniais formularam: as disputas das populações colonizadas e das elites metropolitanas sobre as diferentes visões da administração colonial e o espaço que os esforços para articular a hegemonia abriram para a contestação entre os colonizados. Ele, implicitamente, elabora um contraste entre a dominação colonial e a hegemonia da metrópole que as exclusões e as violências da Europa do século XX não representam. A percepção de Guha, entretanto, oferece uma oportunidade de explorar as tensões entre particularidade e universalidade nas próprias colônias, através de uma dinâmica de interconexão entre colônia e metrópole. Conforme

argumentarei a seguir, a incapacidade dos regimes coloniais de estabelecer e manter a “dominação” em meio aos efeitos desiguais do capitalismo, os conduziu a desdobrar as concepções “universalistas” de engenharia social, desenvolvidas na Europa, apenas para perceber que suas próprias esperanças pelo sucesso de tais tecnologias exigiam que abdicassem de suas crenças sobre a África, das quais dependia o senso de “dominação”.⁵⁷

A falha de uma completa transformação capitalista num contexto colonial é um dos temas principais dos Estudos Subalternos, mas são igualmente importantes para análise as tensões do colonialismo num contexto capitalista. Da mesma forma, são enganosas as categorias conceituais com que os acadêmicos tentam compreender os movimentos que desafiam o poder colonial e capitalista na África, na Ásia e na América Latina.

Sob um determinado ponto de vista, o conceito de resistência é geralmente aceito e não problemático. No conflito entre os exércitos africanos e coloniais, nos atos individuais de desobediência ou de fuga e na elaboração de poderosos argumentos para liberação, a administração colonial tem sido contínua e severamente desafiada. No entanto, muito da literatura sobre resistência é escrita com “R” maiúsculo. Ao que se resiste não é necessariamente claro, e o colonialismo, às vezes, aparece com uma força cuja natureza e implicações não devem ser destrinchadas. O conceito de resistência pode ser expandido tão amplamente que negue qualquer outro tipo de vida às pessoas que estão fazendo a resistência. Por mais significativa que a resistência possa ser, a Resistência é um conceito que pode estreitar a nossa compreensão da história da África, ao invés de expandi-la.

Os acadêmicos têm suas razões para adotar uma visão expansiva. Pequenas atitudes podem levar a algo grande: deserção dos contratos de trabalho, atitudes mesquinhas de provocação de oficiais brancos ou seus subalternos africanos, empreendimentos ilegais em cidades coloniais, comunidades religiosas alternativas, ou seja,

tudo isso pode subverter um regime que proclamou seu poder e seu direito, aumentar a confiança das pessoas na idéia de que podem agir contra o poder colonial e forjar um espírito geral propício à mobilização que perpassa uma variedade de diferenças sociais. O problema está em unir esse potencial com a dinâmica de um processo político, e esse problema exige uma análise cautelosa mais do que teológica. É simples fazer generalizações triviais sobre diversas circunstâncias, como proclama Donald Crummey, “a maior parte da violência popular é uma resposta à violência do Estado ou das classes dominantes”. Do mesmo modo, é questionável ligar todos os atos de afirmação a uma metáfora militar, como James Scott faz ao chamá-los de “armas dos fracos”.⁵⁸

Foucault encarava a resistência como constitutiva do poder e como poder de resistência e negava a existência de um “único lócus de grande Recusa”. Ele percebeu “pontos móveis e transitórios de resistência, produzindo brechas numa sociedade que é móvel, fraturando unidades e realizando reagrupamentos”. Embora a “codificação estratégica” desses pontos possa encadear uma revolução, tal processo não está garantido, e a ênfase de Foucault estava na contínua reconfiguração, tanto do poder como da resistência.⁵⁹ Na atual atmosfera de pessimismo colonial, tal idéia ressoa: mesmo os discursos contra-hegemônicos da era colonial e as subversões das noções européias de modernidade se emaranham em conceitos (o de Estado-nação sendo o mais proeminente entre eles) que reformam idéias de fiscalização, controle e desenvolvimento em políticas de pós-independência, rompendo e produzindo unidades e reconfigurando resistências. Sob esse ponto de vista, os estudiosos dos Estudos Subalternos têm feito um exame minucioso da reconfiguração de poder/resistência no momento de vitória nacionalista.⁶⁰

A dificuldade com a relação Foucaultiana entre poder e resistência está no tratamento que ele dá ao poder como “capilar”, como difuso, em toda a sociedade. Por mais que a fiscalização, o controle e as estreitas fronteiras do discurso político fizessem parte da Europa

em sua suposta era de democratização, o poder em sociedades coloniais era mais arterial do que capilar, concentrado espacial e socialmente, e não muito frutífero além de tais domínios, necessitando de um motor para impulsioná-lo a cada momento, e de lugar em lugar.⁶¹ Isso deveria ser, em teoria, um ponto de convergência para os historiadores: eles possuem os instrumentos (e freqüentemente a inclinação) para analisar como o poder é constituído, agregado, contestado e limitado em situações específicas, indo além da tendência pós-estruturalista de encontrar o poder difundido na “modernidade”, “na era pós-iluminismo” ou “no discurso ocidental”.

O conceito de resistência sofre com a forma difusa com que o objeto resistência é tratado, o que Sherry Ortner chama de “superficialidade”. O binômio resistente/opressor está isolado de seu contexto; o conflito de classe, faixa etária, gênero ou outras desigualdades na população colonizada é “sanitarizado”; a textura da vida das pessoas se perde e as complexas estratégias necessárias para entender nichos dentro das mudanças econômicas e para o engajamento multifacetado com forças dentro e fora da comunidade, são reduzidas a uma única estrutura.⁶²

Alguns dos melhores estudos recentes sobre a história africana descartam as categorias resistentes e colaboradores e começam com a questão de como “o povo rural via suas circunstâncias, fazia suas escolhas e construía suas idéias sobre uma sociedade mais abrangente”.⁶³ A relação dos assuntos sobre gênero e colonização, por exemplo, emerge de forma complexa dos estudos de Elias Mandala e Elizabeth Schmidt. Antes da conquista, as mulheres tinham uma experiência de controle sobre o plantio e a safra que produziam, mas a expansão da escravidão comercial tornou-as vulneráveis a seqüestros ou ao controle de seus supostos protetores. A administração colonial, com o declínio das guerras e com o aumento das possibilidades de agricultura comercial, por algum tempo, forneceu espaço para as mulheres reafirmarem o poder nas economias domésticas, mas o posterior declínio da agricultura familiar e o aumento

da importância do trabalho migratório fez com que elas ficassem mais e mais dependentes do destino dos homens.⁶⁴ Concomitantemente, Luise White demonstrou que as mulheres, às vezes, assumiram nichos na mal organizada economia urbana em expansão como prostitutas e senhorias, fornecendo serviços baratos a trabalhadores migrantes masculinos. O estudo de White mostra a ambigüidade básica nas relações coloniais: suas mulheres estavam, ao mesmo tempo, subvertendo o projeto cultural colonialista e subsidiando o projeto econômico. As autoridades estavam, de fato, confusas. Em alguns contextos, desejavam que as mulheres fornecessem serviços de baixo custo, enquanto que em outros, ficavam com medo de que o conhecimento feminino sobre a sociedade urbana e suas redes sociais estivesse reproduzindo um tipo errado de classe trabalhadora africana.⁶⁵

As complexidades do engajamento e da autonomia vêm à tona repetidas vezes. A análise de Karen Field de Watchtower, na África Central, revela um reajuste substancial das doutrinas cristãs em relação à estrutura do poder local e do trabalho de migração. O que tornou Watchtower subversiva perante os olhos das autoridades não foi o fato de encorajar uma “resistência” ativa, mas de definir uma comunidade moral na qual as estruturas, especialmente as de chefia tribal, arduosamente criadas pelo regime colonial, tornaram-se irrelevantes.⁶⁶ Será que tais processos, como pensavam os africanistas seculares da década de 1960, contribuíram, a longo prazo, para uma junção das diversas linhas de prática e de pensamento africano que rejeitavam a administração colonial em sua totalidade? Ou será que tais movimentos seguiram em sua própria direção, tanto entrando em conflito com o nacionalismo secular como ajudando seu ataque ao Estado colonial?

Defendo aqui a complexidade do engajamento dos africanos com instituições importadas e interpretações, em oposição à ênfase de James Scott por “uma cópia oculta” entre povos colonizados, que eclode como “uma cópia pública” em momentos de confrontação.⁶⁷ Minha abordagem também difere da busca de Ranjit Guha,

por explorar o domínio “autônomo” do subalterno, embora a prática complexa e variada dos historiadores no conjunto de Estudos Subalternos, mais do que nos manifestos, esteja repleta de histórias de engajamento.⁶⁸

Ao discutir trabalho, conforme destaca Dipesh Chakrabarty, o historiador pode, de forma proveitosa, invocar teorias gerais sobre “trabalho abstrato”, um conjunto de relações características do capitalismo, enquanto preserva a noção de “trabalho real”, localizado, no seu caso, nos sistemas de autoridade e clientela de povoados de Bengali e na poderosa estrutura da Índia colonial.⁶⁹ Na minha própria pesquisa sobre a África na era da descolonização, examino as tensões entre os movimentos trabalhistas africanos, cujas exigências são compartilhadas pelo mundo capitalista (ou seja, salários, bem-estar familiar, segurança e condições de trabalho) e cuja retórica invoca a universalidade do trabalho remunerado através de uma exigência por pagamento justo pela tarefa realizada e um movimento político focalizado na autodeterminação para todos os africanos.⁷⁰ Ironicamente, a onda de greves e greves gerais na África francesa e britânica, da metade da década de 1930 até a década de 1950, se apoiou na integração de trabalhadores com uma população maior, que fornecia comida para manter os grevistas e, por vezes, causava mobilização urbana generalizada. Contudo, as exigências desses mesmos trabalhadores os distanciaram daquela população.

Os regimes coloniais tentaram retomar a iniciativa de “estabilização” para transformar uma população pouco diferenciada e mal paga, que trocava com frequência empregos urbanos, numa massa compacta de homens vinculados a seus empregos. Desejavam que os empregadores pagassem o suficiente aos trabalhadores para que esses trouxessem suas famílias para a cidade e, dessa forma, gerando uma nova geração de trabalhadores propriamente socializada à vida industrial e separada daquilo que era considerado um retrocesso dos povoados africanos. A dinâmica da situação encontra-se no fato de que os sindicatos podiam capitalizar esse desejo por previsibilidade,

ordem e produtividade, aproveitando a expectativa que autoridades oficiais tinham de que modelos ocidentais de local e relações de trabalho poderiam, de fato, funcionar na África para impor suas exigências de um modo que essas autoridades achavam difícil recusar. Os sindicatos adotaram a retórica desenvolvimentista do imperialismo pós-guerra, tornando-a reivindicações de direito, e até mesmo as autoridades começaram a admitir que uma força de trabalho sindicalizada poderia ajudar na estabilização.⁷¹

Na metade da década de 1950, os regimes coloniais temiam que suas iniciativas de desenvolvimento estivessem sendo prejudicadas pelo aumento dos custos de trabalho e começaram a recuar em relação à sua própria atitude universalizante. Perceberam que conceder uma modesta medida de poder aos políticos africanos iria forçá-los a ponderar o custo do trabalho em relação ao orçamento territorial. Um ponto de referência nacional agora parecia economicamente menos ameaçador do que um universalista. Dessa vez, as autoridades coloniais acertaram, pois os líderes nacionais, com autoridade territorial limitada, rapidamente começaram a disciplinar os movimentos trabalhistas africanos em nome de um foco centrado numa unidade nacional definida pelo partido político.

Podemos analisar as ações dos movimentos trabalhistas na África francesa e britânica como um exemplo, entre muitos, da militância africana ou como um momento da luta universal da classe trabalhadora ou como uma bem-sucedida cooptação de um segmento inquieto da população africana num conjunto de estruturas e práticas de normalização derivadas da Europa. Todas as três posições têm a sua verdade, mas o aspecto importante é sua relação dinâmica: os movimentos trabalhistas trouxeram benefícios materiais para uma classe específica de pessoas, abrindo novas possibilidades para outros tipos de ações que, por si mesmas, poderiam ter consequências mobilizadoras e normalizadoras. Nesse período, os trabalhadores tiveram uma janela de oportunidades que faltava antes e que se perdeu posteriormente, frente a um regime colonial que

investia numa iniciativa de desenvolvimento tênue, temendo a mobilização de uma massa imprevisível. As tensões entre as exigências trabalhistas e os esforços para forjar unidade contra o Estado colonial eram geralmente criativas, exceto nas freqüentes situações em que os partidos de elite, temendo ameaças organizadas e insistindo na supremacia da luta nacional, negavam a tensão e suprimiam tais movimentos.

A mobilização rural, por vezes liderada por “intelectuais orgânicos” originários de um meio camponês, também se desenvolveu em aliança e tensão com movimentos liderados por pessoas de educação ocidentalizada das cidades, constituindo-se em um desafio para a tirania das autoridades agrícolas coloniais, com suas idéias de uma agricultura científica. O discurso político colonial, por vezes, centralizava-se na integridade e na saúde da comunidade local e também usava as linguagens transcendentais de auto-determinação, cristianismo e Garveísmo. No entanto, conforme mostra Norma Kriger, as conexões entre os produtores e a economia comercial e o Estado eram tão variadas e complexas que “polarizar a sociedade em termos raciais” tornava-se uma empreitada difícil de ser realizada pelos movimentos radicais.⁷²

Se os movimentos nacionalistas eram suficientemente fortes para destituir a administração colonial, não está claro. No entanto, a variedade de movimentos sociais, das uniões trabalhistas até os movimentos de anti-conservacionistas, desestabilizou o projeto de colonialismo econômico pós-guerra, enquanto desacreditou seu projeto hegemônico. Incapazes de ter a África que queriam, as potências européias começaram a pensar mais seriamente na África que eles tinham em mãos. O império tornou-se vulnerável a outra tendência contraditória da burguesia européia: o cálculo do interesse econômico. Na metade da década de 1950, a França e a Grã-Bretanha estavam calculando os custos e os benefícios da administração colonial com mais cautela do que nunca, chegando a números negativos.⁷³

À medida que, nas décadas de 1940 e 1950, questões específicas e movimentos localizados somaram-se, os laços também se desfizeram, deixando para os novos governos os problemas não solucionados da era colonial e uma arena política tenuamente constituída. O problema de situar a questão nacionalista em relação a outras questões de poder será tratado a seguir.

Do caldeirão político nas décadas de 1950 e 1960, os Estados-nação emergiram por todo o continente africano. A concepção de Benedict Anderson de uma nação como comunidade imaginada deveria ser colocada diante de duas noções relacionadas: a nação não era a única unidade que as pessoas imaginavam,⁷⁴ e a predominância do Estado-nação no período pós-1960 resultou numa África não somente focalizada na imaginação africana sobre nação, mas também da nação imaginada pelos administradores coloniais.⁷⁵ O Pan-africanismo, englobando tanto a diáspora quanto o continente, já fora o foco de imaginação, mais do que as unidades que eventualmente tornaram-se Estados, mas as possibilidades pan-africanistas foram excluídas dos acordos de descolonização.⁷⁶ A federação regional, embora tenha sido a base da administração francesa e da mobilização de uniões comerciais e de partidos políticos, foi vitimada por um programa francês de “territorialização” e de interesses em instituições territoriais que a parcial devolução do poder a colônias individuais deu aos políticos africanos.⁷⁷ Ao mesmo tempo, foi negado um legítimo lugar na política a grupos étnicos e lingüísticos, o que não os impediu de se tornarem cada vez mais salientes e mais demarcadamente severos, na própria política colonial. A ameaça do “tribalismo” era usada pelas elites governamentais para tentar eliminar muitos tipos de políticas subnacionais.⁷⁸ Nos confrontos da década de 1950, estados coloniais usaram a violência para excluir determinadas opções, por exemplo, o explícito esquerdismo e as prematuras (pelos olhos das autoridades) reivindicações por independência da *Union des Populations du Camaroun*, ou o radicalismo antimoderno dos rebeldes de Mau Mau, no Quênia.⁷⁹ Os burocratas imperiais, entretanto, desistiram de aspectos de sua própria imaginação: a idéia de que a

mudança econômica e social poderia ser diretamente controlada por aqueles que diziam já ter chegado a ela, foi perdida nas lutas relativas à descolonização.⁸⁰ Em que a imaginação dos intelectuais africanos anticolonialistas e dos burocratas imperialistas coincidiu, foi no aparato formal do Estado-nação, nas instituições e os símbolos contidos nas fronteiras territoriais.⁸¹

O Pan-africanismo, de fato, é anterior ao nacionalismo, definido apropriadamente como um movimento para estabelecer o Estado-nação.⁸² Intelectuais de renome, notavelmente Léopold Senghor, abordaram as perspectivas do Pan-africanismo, do nacionalismo e do desejo de uma reforma econômica e social de maneira complexa: a *négritude* de Senghor englobava as noções essencialistas de cultura africana, mas invertia o valor destas, apagando diferenças e eliminando conflitos dentro de uma África idealizada. Senghor foi igualmente brilhante na análise e no trabalho de estruturas sociais específicas em seu próprio Senegal: um político cristão com uma máquina política baseada em irmandades do islamismo; um poeta que expressava suas idéias sobre a África por meio do idioma francês; um homem que defendeu a África através de representações na legislatura francesa; um romântico defensor dos povoados africanos que, após a independência, procurou usar comércio e auxílio para transformar a nação africana. Viver essas complexidades impôs dor e dificuldades, mas não há nenhuma indicação de que Senghor, ou outros tantos que navegaram em correntes similares, experienciou-as como desestabilizantes no sentido pessoal, como uma contradição intelectual ou como uma ameaça ao seu senso de integridade cultural: estar *entremeio* é um lugar tão confortável quanto qualquer outro.⁸³ As implicações para os historiadores são cruciais: devemos analisar a cultura de políticas e as políticas de cultura, mudando constantemente a escala de análise, da mais específica espacialmente (as políticas de clã ou povoados) até a mais espacialmente difusa (as políticas raciais transatlânticas), examinando a originalidade e o poder do pensamento político naquilo que apropriou e transformou em toda a sua extensão de influências e conexões.⁸⁴

O triunfo dos movimentos nacionalistas aparece menos como uma progressão linear do que como uma conjuntura, enquanto o sucesso dos partidos políticos africanos aparece menos como uma questão singular de mobilização em nome da nação do que uma construção de coalizão, de criação de redes de clientela e de máquinas políticas. Por algum tempo, os partidos nacionalistas fizeram o Estado colonial parecer o obstáculo central, enfrentando diversos tipos de movimentos sociais, do esforço pela anti-conservação aos movimentos regionais. As políticas de coalizão podem não ter sido a matéria do drama revolucionário, mas foram frequentemente conduzidas com entusiasmo e idealismo. As negociações dessa era forçaram e permitiram aos próprios governos coloniais dar um salto imaginativo necessário. Eles passaram a visualizar um mundo que não mais controlavam, mas que pensaram que poderia funcionar baseado em princípios que compreendiam: através de instituições estatais, pelas elites instruídas ocidentais, no interesse do progresso e da modernidade, através da integração com o mercado global, e com as organizações internacionais. Arquivos britânicos notavelmente revelam que as altas autoridades de governo queriam acreditar em tudo isso, mesmo não estando completamente convencidas. Uma relação pós-colonial não hostil era o que melhor pensavam alcançar.⁸⁵ Nesse processo, poderiam eliminar alguns inimigos, mas, em outros casos, os chamados Apóstolos da Desordem – Kwame Nkrumah, Jomo Kenyatta, Nnamdi Azikiwe – foram repensados na imaginação colonial como “Os Homens da Moderação e Modernidade”.⁸⁶

Alguns dos melhores estudos recentes das políticas pós-Segunda Guerra Mundial concentram-se não nos partidos que assumiram o Estado, mas no nacionalismo Asante na Costa do Ouro (jogada de lado pela busca de Nkrumah por uma Gana única), no movimento de guerrilha dos camaroneses que foi, com sucesso, marginalizado e destruído pelos franceses, nos povos rurais que foram pegos em meio das guerras de um governo de guerrilhas no Zimbábue, e nos invasores que lutaram mais arduamente, sofreram

mais barbaramente e receberam quase nada na violenta descolonização do Quênia.⁸⁷ Os partidos nacionalistas pagaram um preço por suas coalizões conjunturais: os conflitos sociais que tentaram vincular a sua causa permaneceram sem resolução. Conforme Aristide Zolberg primeiro demonstrou em 1966, o sentimento público nacionalista era, na verdade, muito tênue. Tentativas para a construção de instituições nacionais foram inevitavelmente vistas como a construção de interesses particulares: para a tribo do chefe, para a sua classe, para a sua clientela, por si mesmo. Os novos Estados, aceitando um projeto de transformação que fracassou com as potências européias, eram politicamente frágeis e ideologicamente inseguros e insistiam numa unidade para a nação e o desenvolvimento, negando legitimidade aos movimentos sociais através dos quais a mobilização política foi freqüentemente atingida.⁸⁸

A idéia de nação, conforme enfatiza Benedict Anderson, surgiu num contexto social específico, quando os circuitos pelos quais as elites *crioulas* (começando na América Latina) moveram-se e construíram suas carreiras, começaram a excluir a metrópole e a focalizar no capital colonial, e quando o capitalismo impresso forneceu um meio de estabelecer uma identidade limitada.⁸⁹ A Europa aprendeu a imaginar a nação a partir das tensões que surgiram nos seus antigos impérios e passou a possibilidade imaginativa para suas novas conquistas coloniais. Partha Chatterjee relutantemente confirma um aspecto de Anderson: o tipo de política que eventualmente foi adotada por esses Estados nacionais foi o de uma nação centralizada, voltada para as instituições e fronteiras definidas pela Europa, as noções de progresso moldadas pelo capitalismo e o pensamento social europeu. A idéia de “razão”, pela qual os nacionalistas criticaram o colonialismo, chegou às colônias casada com o capitalismo e o colonialismo. Ao exigirem poderes coloniais, os nacionalistas ficaram presos às categorias de regimes coloniais; o nacionalismo era um “discurso derivativo”. Chatterjee encontra possibilidades para uma cultura nacional “moderna” que é, todavia, “não ocidental”,

mas a localiza no domínio espiritual fora da economia e da máquina do Estado.⁹⁰ A elite da Índia, formulando seu poder de noções de casta e comunalismo, congelada pelo domínio britânico e pela imersão no comércio colonial, não desejava nem iniciar uma drástica violação ao passado indiano, nem repudiar aqueles elementos coloniais atuais dos quais se beneficiava. Chatterjee, seguindo Antonio Gramsci, identifica o nacionalismo da elite como “uma guerra de posição”, um esforço para mudar a sociedade pouco a pouco, mais do que uma radical “guerra de movimento”. Em alguns momentos, apelos mais radicais, e especialmente os do próprio Mohandas Gandhi, foram necessários para ampliar a mobilização do Congresso Nacional da Índia. No entanto, na medida em que a vitória parecia prestes a acontecer, a imersão da liderança do Congresso nas estruturas econômicas, políticas e ideológicas do Estado indiano marginalizou as visões alternativas. As instituições de Estado e o objetivo de um desenvolvimento dirigido pelo Estado foram apenas uma parte da política indiana do século XX, mas foram as políticas que triunfaram.⁹¹

Anderson e Chatterjee fazem mais do que passar a nação e o nacionalismo do domínio do sentimento “natural” para o da construção social;⁹² eles o fazem de um modo baseado em condições materiais e aspirações de determinados grupos sociais, nas trajetórias de vida daqueles que imaginaram a nação, nas redes de líderes intelectuais e políticos, nos modos em que as idéias circulavam. O “Estado” deveria ser examinado com o mesmo cuidado da “nação”, ou seja, suas instituições e suas retóricas deviam ser minuciosamente pesquisadas.⁹³ Podemos concordar em parte com a idéia de Anthony D. Smith de que as qualidades particulares do Estado colonial, “governatorial, territorial, burocrático, paternalista-educacional, como o do tipo casta”, foram levadas aos Estados pós-coloniais. Contudo, os administradores africanos deram seus próprios significados às instituições que assumiram, adaptando-as a estruturas patrimoniais sociais e a modos complexos de representação de poder.⁹⁴

Historicizar o Estado-nação não é, entretanto, postular que este é a “praga” da África, como afirma Basil Davidson. Não devemos assumir a inocência da autonomia da comunidade ou “sociedade civil” nem a da nação; é na articulação entre unidades sociais e estatais, dentro e além destas, que a análise deve ter seu foco. A “ordem nacional das coisas” não deveria nem ser tomada como natural, nem repudiada como uma imposição artificial na África. O Estado e a nação precisam ser examinados em relação às comunidades diásporas, aos circuitos migratórios em torno dos quais muitas pessoas organizam suas vidas, às estruturas e às regras (das transações de mercado até a disciplina nas fábricas) que também atravessam fronteiras, e às brechas que existem nas fronteiras e que, às vezes, destroem e refazem o Estado-nação.⁹⁵

Concluindo a discussão, volto-me a uma visão do colonialismo e da resistência que, num passado recente, teria sido um provável ponto de partida: Frantz Fanon. O psiquiatra e intelectual caribenho que dedicou boa parte da sua vida à Argélia e foi considerado a voz da “Revolução Africana”, epitomiza o antiimperialismo que atravessa fronteiras. Sua visão de violência, negando o poder psicológico do colonialismo, capturou a imaginação de outros intelectuais africanos e, acima de tudo, daqueles ocidentais que não tinham de enfrentar as conseqüências dessa violência.⁹⁶

Fanon não era nacionalista. Segundo seu ponto de vista, o nacionalismo era uma ideologia da burguesia, adotada por aqueles que desejavam achar um espaço na estrutura colonial, mais do que virar a estrutura de cabeça para baixo. Fanon também não era um “racialista”: ele criticava a “negritude” e não via nenhum consolo em compartilhar uma mítica identidade negra, opondo uma noção universalista de libertação com argumentos sobre a autenticidade ou a autonomia cultural. O futuro de Fanon surgiu do próprio conflito: “os últimos serão os primeiros e os primeiros os últimos”. A descolonização significa pôr em prática essa frase.⁹⁷

No entanto, Fanon estava também negando aos povos colonizados qualquer história a não ser aquela de opressão, negando qualquer ambigüidade às maneiras em que eles poderiam confrontar-se e apropriar-se das intrusões dos colonizadores. Em vez disso, ele forneceu um determinismo sociológico: a pequena burguesia estava absorvida na imitação da cultura do colonizador, sendo mais bem compreendida em termos de psicopatologia.⁹⁸ A classe trabalhadora tornara-se uma aristocracia trabalhista preocupada apenas em alcançar os privilégios dos trabalhadores brancos; os camponeses, e o *lumpenproletariat*, por contraste, eram os verdadeiros liberacionistas, ou seja, os últimos que seriam os primeiros. As categorias eram, de fato, coloniais, e a ironia do veemente argumento de Fanon era que ele permitia, através de sua lógica inversa, que a França definisse o presente e o futuro dos povos nas colônias.⁹⁹

A redução de Fanon da ideologia estratégica e política a traços característicos de grupos sociais, de fato, criou categorias purificadas: o trabalhador organizado ou o pequeno burguês, a exemplo do Kulak da União Soviética Stalinista, era o traidor por definição. Do mesmo modo, a singularidade com que o “anticolonial” ofuscou todas as outras noções de associação ou interesse comum, significou uniformidade pós-colonial tanto quanto unidade pós-colonial.

Alguns líderes africanos estavam dizendo exatamente isso. Sékov Touré, um dos mais reconhecidos nacionalistas radicais africanos, que já fora ele mesmo um sindicalista, falou, às vésperas de assumir o poder na Guiné, das novas exigências da administração africana. Os sindicatos eram “um instrumento que deveria ser trocado quando ficasse menos efetivo”; greves contra os “órgãos do colonialismo” foram uma ação legítima, mas uma greve “dirigida contra um governo africano” era agora “historicamente impensada”, enquanto que o movimento trabalhista era “obrigado a se reconverter para manter-se na mesma linha de emancipação” do governo.¹⁰⁰ Sékov Touré iria praticar o que pregava, ou seja, destruir a autonomia do movimento sindical e aprisionar muitos de seus líderes.

Outras organizações que já haviam sido autônomas e ativistas foram, da mesma forma, destruídas, cooptadas ou marginalizadas em muitos países africanos.¹⁰¹ Havia, é claro, questões complexas a serem enfrentadas sobre o papel dos sindicatos, das associações de base regional ou étnica, das representações dos fazendeiros, dos comerciantes e de outros interesses econômicos nas políticas pós-coloniais, bem como sobre o repasse de mais recursos para grupos que haviam se saído bem ou mal sob a administração colonial. No entanto, Sékov Touré não estava emitindo um convite para um debate e muito menos estavam outros líderes, que tornaram o ideal nacional compulsório através de projetos como os Estados unipartidários e de constituições ideológicas como o *authenticité* de Mobutu ou o *harambee* (“cooperação”)¹⁰² de Kenyatta. Os últimos eram agora declarados como sendo os primeiros. Os demais mereciam ser os últimos. Isso tudo tem a intenção de rejeitar a crítica de Fanon dos nacionalistas interesseiros de seu tempo ou negar o apelo de seu chamado para uma libertação que sobrepujasse o chauvinismo nacional ou racial. Trata-se de enfrentar as conseqüências. A expulsão de todos, exceto os verdadeiros anticolonialistas, da arena política e a redução de categorias inteiras de pessoas como inimigos de classe, concedeu uma legitimidade exultante a projetos de Estado que eram freqüentemente desviados para objetivos menos liberacionistas do que Fanon tinha em mente. Os entusiasmos por projetos de construção do Estado, modernização e desenvolvimento, em nome do mercado ou do socialismo ou da boa governança, também acarretam conseqüências. Aqueles que encontram em noções de “comunidade” ou “novos movimentos sociais” um bom antídoto para um tipo de opressão, precisam preocupar-se com outras formas de opressão que existem dentro delas. Para os historiadores, procurar aqueles atores históricos que encontraram o verdadeiro caminho é uma tarefa bem menos proveitosa do que estudar diferentes caminhos de engajamento com a colonização, assim como as tensões entre diferentes tipos de liberações, entre mobilização local e instituições do Estado, entre afirmação cultural e interação cultural.

Para os historiadores que buscam aprender o que pode ser conhecido sobre as vidas cotidianas dos trabalhadores africanos ou sobre o mercado feminino, o mundo maniqueísta de Frantz Fanon não revela nada além do que a insistência de um burocrata colonial de que tais pessoas estavam na linha divisória entre o atraso africano e a modernidade ocidental, ou de que a dicotomia nacionalista entre uma comunidade autêntica e uma ocidentalização imposta.¹⁰³ O trabalhador portuário da Guiné não estaria apenas buscando salários europeus ou lutando contra o colonialismo: ele podia também ter usado seu trabalho numa firma colonial para obter autonomia do seu pai, do mesmo modo com que sua esposa podia atuar no setor comercial para obter autonomia dele. Como sindicalista, ele formulou modos organizacionais e legitimidade institucional a partir do modelo francês de relações industriais, mas as atividades políticas e sindicais também formularam e contribuíram para redes de associações, línguas de solidariedade e uma gama de instituições culturais que as autoridades coloniais não compreenderam e não podiam monitorar adequadamente. Trabalhadores e comerciantes estavam reconstruindo as instituições e seus significados na medida em que delas se utilizavam.

O conceito de subalternidade também não categoriza a experiência de vida dessas pessoas, mas os historiadores dos Estudos Subalternos não estão dizendo que isso deva ser feito. Sua ênfase está na tensão entre tais experiências e o processo histórico que origina as próprias categorias de conhecimento. A tensão define um valioso ponto de partida para investigar as experiências coloniais e um importante lembrete da impossibilidade acadêmica de escapar das implicações do poder material e cultural que a Europa exerce além-mar. Contudo, na medida em que penetramos cada vez mais no conflituoso espaço político colonial, deveríamos enxergar além da noção de subalternidade – e de conceitos de colonialismo que supõem ser capazes de coerção, cooptação, categorização de desafios em suas próprias estruturas de poder e ideologia – com o intuito de examinar melhor os outros modos em que o poder foi

constituído e contestado. A violência dos colonizadores não era menos violenta somente pela estreiteza de seu alcance e os limites da sua eficácia transformativa. Do mesmo modo, a arrogância totalizante das ideologias modernizadoras não foi reduzida pelo fato de que os africanos frequentemente desmontavam-nas e criavam algo mais. Mas se os “subalternos” querem ser vistos como parte vital da história, pelo menos, deve ser mantida aberta a possibilidade de serem destruídos os vários significados da dominação e da subalternidade. Se, ao mesmo tempo, seguirmos o chamado de Chatterjee e Chakrabarty para “provincializar” a história europeia, sujeitando suas reivindicações universalistas ao exame histórico ao invés de usá-las como medidas para as histórias de outros povos, devemos nos mover além de simplesmente tratar a modernidade, o liberalismo, a cidadania ou a igualdade burguesa como se elas fossem doutrinas fixas contidas em si mesmas, não afetadas pelas apropriações e reformulações dadas a elas por processos de mobilização política na Ásia, na África ou na própria Europa.¹⁰⁴

O Nacionalismo, nesse meio tempo, pode ser explorado em sua tensão com uma gama de movimentos sociais e, assim como no processo de colonização, a capacidade dos partidos nacionalistas de incluir outros tipos de mobilizações sob o seu teto deveria ser vista como contingente e parcial. As formas de poder na África após a descolonização (as instituições através das quais é exercido e os idiomas nos quais é representado), refletem não apenas o movimento da ordem nacional das coisas, mas as fragilidades, as concessões e as violências de líderes inseguros que surgiram no processo de fim da administração colonial.

Na África, os conflitos do passado são parte ativa do presente. A África continua enfrentando os problemas da construção de redes e de instituições capazes de permitir um amplo diálogo e ação comum entre pessoas com diferentes passados, de lutar contra e se engajar nas estruturas de poder no mundo atual. A crise da África é derivada de uma história complexa que exige uma análise

complexa: uma consciência simultânea de como os regimes coloniais exercitaram o poder e os limites desse poder; uma apreciação da intensidade com que esse poder foi confrontado e a diversidade de futuros que as pessoas buscaram para si próprias; uma compreensão de como e por que alguns desses futuros foram excluídos do domínio do politicamente possível e uma abertura para as possibilidades de futuro que podem ser imaginadas hoje.

Notas

¹ Dipesh Chakrabarty, Postcoloniality and the Artifice of History: who speaks for 'Indian' Pasts? *Representations*, 37 (1992); Ranajit Guha, On Some Aspects of the Historiography of Colonial India, In: Ranajit Guha e Gayatri Chakravorty, eds., *Selected Subaltern Studies* (New York, 1988), 43.

² Um exemplo de debate proveitoso acontece entre Gyan Prakash, discutindo sobre uma história "antifundamentalista" do Terceiro Mundo e Rosalind O'Hanlon e David Washbrook, argumentando que tal abordagem incapacitava o historiador de analisar o processo global de desenvolvimento capitalista. Esse debate é notável não apenas pelo conteúdo e pela civilidade com que foi realizado, mas pelo fato de que os dois lados têm um ponto de vista. Gyan Prakash, *Writing Post-Orientalist Histories of the Third World: Perspectives from Indian Historiography*; Rosalind O'Hanlon e David Washbrook, *After Orientalism: Culture, Criticism, and Politics in the Third World*; Gyan Prakash, *Can the 'Subaltern' Ride? A Reply to O'Hanlon and Washbrook*, *Comparative Studies in Society and History*, 32 (1990), p. 383-408; 34 (1992), p. 141-67, 168-84.

³ Guha, *On Some Aspects*, 39-40. Guha admite que a elite e o mundo dos subalternos não estavam isolados entre si, mas insiste que representam "dicotomias", p. 42. Na prática, ele torna confusa a dicotomia e como Gyan Prakash destaca em seu ensaio sobre o assunto, outros historiadores dos Estudos Subalternos, incluindo Gyandera e Shaid Amim, tornaram a dicotomia ainda mais confusa com análises sutis da relação da elite com os movimentos dos camponeses, de políticas locais com políticas nacionais. Ver também o ensaio crítico de Ronald O'Hanlon, *Recovering the*

Subject, *Subaltern Studies*, and Histories of Resistance in Colonial South Asia, *Modern Asian Studies*, 22 (1988): 189-224.

⁴ Gayatri Chakravorty Spivak, *Subaltern Studies: deconstructing Historiography*, em Guha e Spivak, *Selected Subaltern Studies*, 15, questiona a posição de sujeito na qual a categoria de “subalterno” conduz os povos civilizados, mas aceita que tal conceito representa um essencialismo “estratégico”, um importante artifício para dar origem a uma questão política vital. A questão é se o essencialismo pode sobreviver à estratégia.

⁵ Chakrabarty, *Postcoloniality and the Artifice of History*, 23.

⁶ Na década após a independência, historiadores e cientistas sociais que viviam na África fizeram um grande esforço para fundar jornais e realizar congressos. Essa campanha tornou-se impossível de ser mantida. Além do tamanho da África e da diversidade lingüística, a crise econômica da década de 1980 teve conseqüências desastrosas para universidades e outras instituições (o consórcio Dakar, CODESRIA, tornando-se o esforço mais notável para reverter essa tendência), ocasionando uma considerável migração intelectual. As condições pioraram quando uma geração mais jovem de acadêmicos, alguns deles treinados na própria África, estava injetando novas idéias e questionamentos no aprendizado. Os recentes “programas de ajustes estruturais” impostos sobre a África por instituições externas, forçando os governos a cortar os serviços, não consideram que uma vida intelectual vibrante e crítica ajuda a distinguir uma sociedade de outra, incapaz de ajustar suas estruturas. O acesso diferencial às fontes de pesquisa, às publicações e ao intercâmbio acadêmico é, provavelmente, o único modo mais importante em que os acadêmicos na África são diferenciados dos acadêmicos dos Estados Unidos ou da Europa.

⁷ Embora os Estudos Subalternos sejam cada vez mais mencionados por africanistas, o único esforço sustentado que conheço para usar e analisar criticamente essa obra de literatura é Terence Ranger, *Subaltern Studies and ‘Social History’*, *Southern African Review of Books* (February-May 1990), p. 8-10; e Terence Ranger, *Power, Religion and Community: The Matobo Case*, em Partha Chatterjee e Gyanendra Pandey, eds., *Subaltern Studies VII* (Delhi, 1993), p. 221-46.

⁸ John Lonsdale, *States and Social Process in Africa: A Historiographical Survey*, *African Studies Review*, 24, n. 2/3 (1981), p. 143.

⁹ Terence Ranger, *Connections between ‘Primary Resistance’ Movements and Modern Mass Nationalism in East and Central Africa*, *Journal of African History*, 9 (1968), p. 437-53, 631-41; Ranger, *Revolt in Southern Rhodesia, 1896-7* (London, 1967). Similarmente, John Hiffe mostrou que a principal rebelião no leste da África alemã seguiu as linhas de cultos religiosos ao longo das fronteiras étnicas. A revolta, embora brutalmente reprimida, levou os alemães a alterar sua política colonial. *The Organization of the Maji Maji Rebellion*, *Journal of African History*, 8 (1967), p. 485-512. Num contexto mais recente, David Lan descobriu espíritos mediúnicos mobilizando

camponeses na guerra de guerrilhas contra o regime branco na Rodésia, na década de 1970. Lan, *Guns and Rain: guerrillas and spirit mediums in Zimbabwe* (Berkeley, Calif., 1985).

¹⁰ Questões específicas também foram levantadas, principalmente sobre a importância dos espíritos mediúnicos na revolta do extremo sul da Rodésia e até que ponto a organização da revolta foi além da política pré-colonial da Shona. David Beach, ‘Chimurenga’: the Shona Rising of 1896-97, *Journal of African History*, 20 (1979), p. 395-420; Julian Cobbing, The Absent Priesthood: Another Look at the Rhodesian Risings of 1896-1897, *Journal of African History*, 18 (1977), p. 61-84.

¹¹ Terence Ranger, Religious Movements and Politics in Sub-Saharan Africa, *African Studies Review*, 29 (1986), p. 1-69. Para uma revisão compreensiva da recente literatura sobre a dimensão rural desses assuntos, ver Allen Isaacman, Peasants and Rural Social Protest in Africa, em Frederick Cooper, Allen Isaacman, Florencia Mallon, William Roseberry e Steve J. Stern, *Confronting Historical Paradigms: peasants, labor, and the Capitalist World System in Africa and Latin America* (Madison, Wis., 1993).

¹² Ver, por exemplo, Allen F. Isaacman, *The Tradition of Resistance in Mozambique: anticolonial activity in the Zembesi Valley, 1850-1921* (Berkeley, Calif., 1976); Timothy C. Weiskel, *French Colonial Rule and the Baule Peoples: resistance and collaboration, 1889-1911* (London, 1980); Yves Person, *Samori: une révolution dyula*, 3 vols. (Dakar, 1968-75). O modelo de resistência está vivo e bem em estudos como de John Lamphear, *The Scattering Time: Turkana Responses to Colonial Rule* (Oxford, 1992); e Les Switzer, *Power and Resistance in an African Society: the Ciskei Xhosa and the Making of South Africa* (Madison, Wis., 1993). Há algo na escolha da palavra “resistência”, conforme alternativas opostas tais como “libertação” ou “emancipação”, que se adaptam ao modo de muitos esquerdistas ocidentais: identificação com o heróico, mas a defesa inútil da comunidade contra a intrusão. Jan Neverdeen Pieterse, Emancipations, Modern and Postmodern, *Development and Change*, 23 (1992), p. 5-41.

¹³ A. Adu Boahen, Africa and the Colonial Challenge, em Adu Boahen, ed., *Africa under Colonial Domination, 1880-1935* (Berkeley, Calif., 1985), 1-18. Os sete capítulos que seguem contêm “Iniciativas e resistências africanas” em seus títulos. Para uma exposição mais completa do ponto de vista de Boahen, ver A Adu Boahen, *African Perspectives on Colonialism* (Baltimore, Md., 1987). Para uma interpretação da mesma era que destaca as rupturas na África, ver John Lonsdale, The European Scramble and Conquest in African History, em Roland Oliver e G. N. Sanderson, eds., *Cambridge History of Africa*, Volume 6: From 1870 to 1905 (Cambridge, 1985), 680-766.

¹⁴ K. Onwuka Dike, Trade and Politics in the Niger Delta 1830-1885. *An introduction to the Economic and Political History of Nigeria* (Oxford, 1956). Dike mencionou a importância das fontes orais, mas elas informaram sua interpretação, mais do que forneceram evidências para serem citadas. Por sua vez, o livro derivou muito da sua

legitimidade do seu uso escrupuloso de material de arquivos convencionais. O equivalente africano de tradição francesa do livro de Dike, também mantendo distância da historiografia nacionalista e focalizando na interação afro-européia é Adboulaye Ly, *La compagnie du Senegal* (Paris, 1958).

¹⁵ Thomas Hodgkin, *Nationalism in Colonial Africa* (London, 1956); Basil Davidson, *The Liberation of Guinea: aspects of an African Revolution* (Hammondsworth, 1969); Davidson, *In the Eye of the Storm: Angola's People* (Hammondsworth, 1972); Davidson, African Peasants and Revolution, *Journal of Peasant Studies*, 1 (1974), p. 269-91.

¹⁶ J. F. Ade Ajayi, The Continuity of African Institutions under Colonialism, em Terence Ranger, ed., *Emerging Themes in African History* (London, 1968), 189-200. A produção de tradição francesa equivalente é “parenteses colonial” Ver Marc H. Piauxt, ed., *La colonisation: rupture ou parenthèse?* (Paris, 1987).

¹⁷ B. A. Ogot, Revolt of the Elders: NAN Anatomy of the Loyalist Crowd in the Mau Mau Uprising, em B. A. Ogot, ed., *Hadith 4* (Nairobi, 1972), 134-48. A complexidade moral de Mau Mau foi também direcionada nos primeiros romances de Ngugi wa Thiong'o, particularmente *A grain of Wheat* (London, 1967). Alguns dos assuntos do discurso de Kikuyu levantados primeiramente por Ogot foram tratados de uma forma estimulante por Bruce Berman e John Lonsdale, *Unhappy Valley: conflict in Kenya and Africa, Book 2: Violence and Ethnicity* (London, 1992).

¹⁸ Mamadou Diouf, *Le Kajoor aux XIX siècle: pouvoir cedido et conquêt coloniale* (Paris, 1990), 283. Os esforços de Diouf levaram-no a um confronto com os descendentes de Lat Dior, no qual Diouf defendeu sua posição. Martin Klein, The Development of Senegalese Historiography, em Bogumil Jewsiewicki e David Newbury, eds., *African Historiographies: what history for Which Africa?* (Beverly Hills, Calif., 1986), p. 222-23. Devemos também notar os ataques mais violentos às historiografias nacionalistas (como os praticados pelos africanos e igualmente por acadêmicos não africanos), em Arnold J. Temu e Bonaventure Swai, *Historians and Africanist History: a Critique* (London, 1981).

¹⁹ Sobre a evolução e as realizações do campo, ver Nancy Rose Hunt, Placing African Women's History and Locating Gender, *Signs*, 14 (1989): 359-79; e Susan Geiger, Women and African Nationalism, *Journal of Women's History*, 2 (1990), p. 227-44.

²⁰ Luise White, Separating the Men from the Boys: Constructions of Gender, Sexuality, and Terrorism in Central Kenya, 1939-1959, *International Journal of African Historical Studies*, 23 (1990), p. 1-27; Cora Ann Presley, *Kikuyu Women, the Mau Mau Rebellion, and Social Change in Kenya* (Boulder, Colo., 1992); e Tabitha Kanogo, *Crossing Boundaries: African Women's Experience in Colonial Kenya*, forthcoming; Timothy Scarnecchia, *The Politics of Gender and Class in the Creation of African Communities, Salisbury, Rhodesia, 1937-1957* (Ph. D. dissertation, University of Michigan, 1993). Norma J.

Krieger escreve sobre gênero, bem como sobre faixa etária e rupturas em *Zimbabwe's Guerrilla War: peasant Voices* (Cambridge, 1992).

²¹ Julia Wells, *We Have Done with Pleading: The Women's 1913 Anti-Pass Campaign, History Workshop Topic Series 3* (Johannesburg, 1991); Cheryl Walker, *Women and Resistance in South Africa* (London, 1982); William Beinart, *Amafelandawonye* (the Die-Hards): popular protest and Women's Movements in Herschel District in the 1920's," em William Beinart e Colin Bundy, *Hidden Struggles in Rural South Africa: politics and popular movements in the Transkei and Eastern Cape, 1890-1930* (Berkeley, Calif., 1987), 229-69; Helen Bradford, *A Taste of Freedom: the ICU in Rural South Africa, 1924-1930* (New Haven, Conn., 1987); Belinda Bozzoli, *Women of Phokeng: consciousness, life strategy and migrancy in South Africa, 1900-1983* (Portsmouth, N. H., 1991).

²² Veja acima toda a descrição dos altos e baixos da independência de Ghana em Ayi Kwei Armah, *The Beautiful Ones Are Not Yet Born: a Novel* (Boston, 1968). Podemos também contrastar o romance de Chinua Achebe's sobre a conquista européia, *Things Fall Apart* (New York, 1959), com seu sarcástico romance sobre o declínio da moral pós-independência, *Man of the People* (New York, 1966), mas a obra de Achebe é muito mais complexa do que a romantização da pré-conquista da África, e, de fato, ambos os romances retratam o poder masculino em sua narrativa.

²³ Walter Rodney, *How Europe Underdeveloped Africa* (London, 1972).

²⁴ Florencia Mallon, *Dialogues among the Fragments: retrospect and prospect*. In: Cooper, et al., *Confronting Historical Paradigms*, 371-404.

²⁵ O poder do sistema capitalista mundial não tem sido somente sua capacidade de chamar à existência novas estruturas que maximizam a extração de bens ou valor de excedente, mas também sua flexibilidade global em encontrar alternativas para áreas que não poderiam ser rigorosamente exploradas e, em termos ideológicos, para marginalizar e minimizar aqueles que não pode incorporar. Este tema é explorado por Frederick Cooper em *Africa and World Economy*, em Cooper et al, *Confronting Historical Paradigms*, 84-204.

²⁶ O enigma ético da escola radical tem sido avaliado por Bogumil Jewsiewicki, *African Historical Studies: Academic Knowledge as 'Usable Past' and Radical Scholarship*, *African Studies Review*, 32, n. 3 (1989), p. 1-76.

²⁷ Meu antigo orientador reforça esta idéia para o mesmo período. Leonard M. Thompson, *The study of South African History in United States*, *International Journal of African Historical Studies*, 25 (1992), p. 27-28.

²⁸ A literatura relevante, aqui, agora é vasta. As diretrizes do debate foram primeiramente traçadas nas revisões do pioneiro texto "liberal", Mônica Wilson e Leonard Thompson, eds., *The Oxford History of South Africa, 2 vols.* (New York, 1969-71). Argumentos estruturalistas iniciais são de Frederick A Johnstone, *Class, Race and*

Gold (London, 1976); e Harold Wolpe, Capitalism and Cheap Labour Power in South Africa: From Segregation to Apartheid, *Economy and Society*, 1 (1972), p. 425-56; a Escola de História Social pode ser vista em Charles van Onselen, *Studies in the Social and Economic History of the Witwatersrand, 1886-1914*, 2 vols. (London, 1982).

²⁹ Charles van Onselen, Race and Class in the South African Countryside: cultural osmosis and social relations in the Sharecropping Economy of the South-Western Transvaal, 1900-1950, *AHR*, 95 (Fevereiro, 1990), p. 99-123; e *Studies*. Para outra história complicada de como as relações de classe e gênero, algumas vezes, atravessam fronteiras raciais, e outras vezes não, ver Íris Berger, *Threads of Solidarity: women in South African Industry, 1900-1980* (Bloomington, Ind., 1992). Sobre as complexidades da política, ver Shula Marks, *The Ambiguities of Dependence in South Africa: class, nationalism, and the State in Twentieth-Century Natal* (Baltimore, Md., 1986).

³⁰ Kletso E. Atkins, *The Moon Is Dead! Give Us Our Money!:* the cultural origins of an African work ethic, Natal, South Africa, 1843-1900 (Portsmouth, N.H., 1993).

³¹ Testemunhei o debate em junho de 1993, em um simpósio durante o *Johannesburg History Workshop*, cujo título “Trabalho, Classe e Cultura” especificava as categorias em debate. Para uma história influenciada pelo pós-estruturalismo, ver Clifton Crais, *White Supremacy and Black Resistance in Pre-Industrial South Africa: the making of the colonial order in the Eastern Cape, 1770-1865* (Cambridge, 1992).

³² Ver Frederick Cooper e Ann Stoler, Tensions of Empire: Colonial Control and Visions of Rule, *American Ethnologist*, 16 (1989), p. 609-21, e os ensaios que seguem; e Nicholas B. Dirks, ed., *Colonialism and Culture* (Ann Arbor, Mich., 1992).

³³ Talal Asad, ed., *Anthropology and the Colonial Encounter* (London, 1973); James Clifford e George E. Marcus, eds., *Writing Culture: the poetics and politics of ethnography* (Berkeley, Calif., 1986); George W. Stocking Jr., *Colonial Situations: essays on the contextualization of ethnographic knowledge* (Madison, Wis., 1991).

³⁴ O texto pioneiro de Edward W. Said, *Orientalism* (New York, 1978); e um exemplo mais recente é Mary Louise Pratt, *Imperial Eyes: travel writing and transculturation* (London, 1992).

³⁵ Bernard S. Cohn. The Census, Social Structure and Objectification in South Asia, In: Cohn, *An Anthropologist among the Historians and Other Essays* (Delhi, 1987), 224-54; Randall M. Packard, The ‘Healthy Reserve’ and the ‘Dressed Native’: discourses on Black Health and the Language of Legitimation in South Africa”, *American Ethnologist*, 16 (1989), p. 686-703; Megan Vaughan, *Curing Their Ills: colonial power and Africa illness* (Cambridge, 1991); David Arnold, *Colonizing the Body: state Medicine and Epidemic Disease in Nineteenth-Century India* (Berkeley, Calif., 1993); Jean Comaroff e John Comaroff, *Of Revelation and Revolution, Volume 1: Christianity, Colonialism, and Consciousness in South Africa* (Chicago, 1991); T.O. Beidelman, *Colonial Evangelism: a Socio-Historical Study of an East African Mission at the Grassroots* (Bloomington, Ind., 1982); Gwendolyn Wright, *The Politics of Design in French Colonial Urbanism* (Chicago, 1991).

³⁶ Ranajit Guha, *The Prose of Counter-Insurgency*, e Dipesh Chakrabarty, *Conditions for Knowledge of Working-Class Conditions: Employers, Government and the Jute Workers of Calcutta, 1890-1940*, In: Guha e Spivak, *Selected Subaltern Studies*, 45-84, 179-232. Ver também Partha Chatterjee, *Nationalism Thought and the Colonial World: a Derivative Discourse?* (London, 1986).

³⁷ Ann Stoler, *Sexual Affronts and Racial Frontiers: European Identities and the Cultural Politics of Exclusion in Southeast Asia*, *Comparative Studies in Society and History*, 34 (1992), p. 514-51.

³⁸ Os acadêmicos não desconhecem os problemas do uso dos termos momento pós-colonial, discurso pós-colonial e levante pós-colonialista, como pode ser visto nos artigos *On Post-Colonial Discourse*, editados por Tejumola Olaniyan e publicados em *Calaloo*, 16 (1993), p. 743-1033, ou na crítica de Anne McClintock, *The Angel of Progress: pitfalls of the term 'Post-Colonialism'*, *Social Text*, 31-32 (1990), p. 84-98. Uma questão é o quanto o mundo “pós-colonial” é “pós”; outra é o quanto as histórias de todas as partes do mundo que experienciaram regimes coloniais podem ser reduzidas a uma essência. O adjetivo colonial, eliminados os “istas” e “ismos”, tem a virtude de ser uma categoria nativa, um termo pelo qual os europeus descrevem um projeto que foi simultaneamente aglutinador e diferenciador: a extensão do poder para áreas cujas populações foram vistas como distintas e da forma como esta distinção foi reproduzida. O “ismo” transforma o “colonial” em uma questão explicitamente política, e o termo “colonialismo”, no século XX, foi utilizado mais freqüentemente pelos críticos para demarcar um conjunto de ideologias e práticas que desejam combater; a palavra tem o valor e a inadequação da maioria dos termos polêmicos. O que o “ista”, por suas qualidades homogeneizantes e essencialistas nos oferece, ainda não é claro.

³⁹ Homi Bhabha, *Of Mimicry and Man: The Ambivalence of Colonial Discourse*, *October*, 3-4 (1985), p. 125-33.

⁴⁰ O crescimento dos cultos messiânicos cristãos que distorceram a mensagem dos missionários é somente um exemplo deste processo. Quando Jean-Pierre Chrétien usa as palavras “mutações”, “adaptações”, “reinterpretações”, “reconstruções”, “cristalizações” e “invenções” para descrever as dinâmicas das religiões africanas em suas interações com o cristianismo e o Islã, torna, pelo menos, claro que este é um problema complexo de análise. Chrétien, “Introduction”, *L'invention religieuse en Afrique: histoire et religion en Afrique noire* (Paris, 1993), 9. Ver também Achille Mbembe, *Afriques indociles: christianisme, pouvoir et état em société postcoloniale* (Paris, 1988).

⁴¹ Achille Mbembe, *Domaines de la nuit et autorité onirique dans les maquis du Sud-Cameroun (1955-1958)*, *Journal of African History*, 32 (1991), p. 89-122; Luise White, *Cars Out of Place: vampires, technology, and labor in East and Central Africa*, *Representations*, 43 (1993), p.27-50; David Wiliam Cohen e E. S. Atineo-Odhiambo, *Busy SM: the Politics of Knowledge and the Sociology of Power in Africa* (Portsmouth, N.H., 1992); Leroy Vail e Landeg White, *Forms of Resistance: songs and perceptions*

of power in Colonial Mozambique, *AHR*, 88 (Outubro, 1983), p. 883-919. Pode-se também aprender muito a partir da literatura antropológica mais antiga sobre os movimentos de erradicação da feitiçaria, dos cultos de possessão e dos movimentos religiosos, bem como de estudos de literatura, filosofia e história intelectual, incluindo Kwame Anthony Appiah, *In My Father's House: Africa in the Philosophy of Culture* (New York, 1992); V. Y. Mudimbe, *The Invention of Africa: gnosis, philosophy, and the order of knowledge* (Bloomington, Ind., 1988); Christopher L. Miller, *Theories of Africans: francophone literature and anthropology in Africa* (Chicago, 1990). O conceito de *bricolagem* foi desenvolvido efetivamente em Jean Comaroff, *Body of Power, Spirit of Resistance: the culture and history of a South African People* (Chicago, 1985), enquanto uma estrutura de resistência menos persuasiva.

⁴² Guha, *Prose of Counter-Insurgency*.

⁴³ Questões relativas ao que faz as narrativas terem crédito, o que é lembrado e esquecido, como textos escritos e orais derivam autoridade entre si têm recebido uma atenção crescente. O ponto inicial de uma análise rigorosa das fontes orais africanas encontrou-se em Jan Vansina, *Oral Tradition: a study in historical methodology*, H. M. Wright, trans. (Chicago, 1965); e um importante exemplo de análise das implicações da produção histórica é David William Cohen, *The Combining of History* (Chicago, 1994).

⁴⁴ Gayatri Chakravorty Spivak, *Can the Subaltern Speak?*, In: Cary Nelson e Lawrence Grossberg, eds., *Marxism and the Interpretation of Culture* (Urbana, Ill, 1988), 271-313; Betina Parry, *Problems in Current Theories of Colonial Discourse*, *Oxford Literary Review*, 9 (1987), p. 27-58. Fernando Coronill argumenta que Spivak coloca o subalterno “fora do domínio do intercâmbio político”, além das relações, propondo em contrapartida que “subalternidade é um conceito relacional e relativo”. Coronill, *Listening to the Subaltern: The Poetics of Neocolonial States*, *Poetics Today*, 15 (1994). Igualmente, Mallon, quanto a esta questão, deseja restaurar aos subalternos a pluralidade de vozes e as múltiplas posições de sujeito. Todos esses acadêmicos desejam complexificar e enriquecer seus subalternos, embora continuem mantendo-os na posição de subalternos.

⁴⁵ Sigo o argumento inspirador de David Edwards, *Mad Mullahs and Englishmen: discourse in Colonial Encounter*, *Comparative Studies in Society and History*, 31 (1989), p. 649-70. O ataque colonial às “práticas bárbaras” tem sido mais amplamente explorado no caso da escravidão, na qual os regimes coloniais que se centraram no símbolo do retrocesso africano e geralmente assumiram uma posição menor frente às complexidades do que significava, na realidade, a escravidão nesses contextos. Ver Richard Roberts e Suzanne Miers, eds., *The End of Slavery in Africa* (Madison, Wis., 1988); Frederick Cooper, *From Slaves to Squatters: plantation labor and agriculture in Zanzibar and Coastal Kenya, 1890-1925*. (New Haven, Conn., 1980); e Paul E. Lovejoy e Jan S. Hogendorn, *Slow Death for Slavery: the course of abolition in*

Northern Nigeria, 1897-1936 (Cambridge, 1993). Gyan Prakash demonstra como um esforço limitado do governo britânico sobre a questão da escravidão na Índia evitou questões mais difíceis relativas a como eram constituídas a exploração e a desigualdade; Prakash, *Bonded Histories: genealogies of labor servitude in Colonial Índia* (Cambridge, 1990).

⁴⁶ As implicações de gênero disso são discutidas com propriedade em Elias Mandala, *Work and Control in Peasant Economy: a history of the Lower Tchiri Valley in Malawi, 1859-1960* (Madison, Wis., 1990); e Elizabeth Schmidt, *Peasants, Traders, and Wives: Shona women in the history of Zimbabwe, 1870-1939* (Portsmouth, N.H., 1992).

⁴⁷ Atkins, *Moon Is Dead!*; William Beinart, *The Political Economy of Portland, 1860-1930* (Cambridge, 1982); William H. Worger, *South Africa's City of Diamonds: mine workers and Monopoly Capitalism in Kimberland, 1867-1895* (New Haven, Conn., 1987).

⁴⁸ Alguns acadêmicos têm tentado preservar visões monolíticas de uma economia colonial ou de um capitalismo periférico, confinando estas experiências a categorias tais como “produtores de agricultura comercial coerciva” (o que é simplesmente errado) ou “proletários disfarçados” (o que retira qualquer sentido do conceito de proletário). Ver revisão crítica em Cooper, *Africa and the World Economy*; Isaacman, *Peasants and Rural Social Protest in Africa*. David Ludden argumenta que na Índia o capitalismo também tem um impacto variado, e exemplos de mobilidade e acumulação entre agricultores relativamente pobres ocorreram de forma paralela a sistemas de trabalho altamente exploratórios, processo que faz o autor considerar a categoria *subalterno* muito rígida. Ludden, *Subalterns and Others, or Competing Colonial Histories of Agrarian Índia*, comunicação apresentada no *Workshop Historicizing Development*, Emory University, 10-12 de Dezembro, 1993.

⁴⁹ A violência colonial (a faceta mais óbvia do regime colonial) é estudada de forma inadequada, principalmente porque os intelectuais anti-coloniais a retrataram como onipresente, enquanto os apologistas a viram como incidental. No entanto, ela era sobretudo *localizada* e freqüentemente mais brutal em suas limitações. Ver William Bernart, *Political and Collective Violence in Southern African Historiography*, *Journal of Southern African Studies*, 18 (1992), p. 453-86.

⁵⁰ Martin Chanock, *Law, Custom, and Social Order: the colonial experience in Malawi and Zambia* (Cambridge, 1985); Kristin Mann e Richard Roberts, eds., *Law in Colonial Africa* (Portsmouth, N.H., 1991); Terence Ranger, *The Invention of Tradition in Colonial Africa*, In: Eric Hobsbawm e Terence Ranger, eds., *The Invention of Tradition* (Cambridge, 1983), 211-62.

⁵¹ Dois estudos pioneiros são J. F. A. Ajayi, *Christian Missions in Nigéria, 1841-1891: the making of a new elite* (Evanston, Ill., 1965); e Margaret Priestley, *West African Trade and Coast Society: a family study* (London, 1969).

⁵² Para bibliografia em história do trabalho, ver Bill Freund, *The African Worker* (Cambridge, 1988).

⁵³ Luise White, *The Comforts of Home: prostitution in colonial Nairobi* (Chicago, 1990); Claire Robertson, *Sharing the Same Bowl?: a socioeconomic history of women and class in Accra, Ghana* (Bloomington, Ind., 1984).

⁵⁴ Beidelman, *Colonial Evangelism*; Comaroff, *Of Revelation and Revolution*.

⁵⁵ A periodização inicial da política colonial feita aqui emerge no caso do oeste africano inglês e francês, como descrito por Anne Phillips, *The Enigma of Colonialism: British Policy in West Africa* (London, 1989); e Alice Conklin, *A Mission to Civilize: ideology and imperialism in French West Africa, 1895-1930* (PhD dissertation, Princeton University, 1989); investi nesta linha de investigação para o leste da África em *From Slaves to Squatters* e em *On the African Waterfront: urban disorder and the transformation of work in colonial Mombasa* (New Haven, Conn., 1987); também trato essas questões em trabalhos em andamento sobre iniciativas de desenvolvimento colonial.

⁵⁶ Ranajit Guha, *Dominance without Hegemony and Its Historiography*, em Ranajit Guha, ed., *Subaltern Studies VI: writings on South Asian History and Society* (Delhi, 1989), 210-309. Para uma perspectiva bem diferente sobre as contradições do imperialismo no mundo burguês, ver Bernard Semmel, *The Liberal Ideal and the Demons of Empire: theories of Imperialism from Adam Smith to Lenin* (Baltimore, Md., 1993).

⁵⁷ Da mesma forma, a falha dos esforços franceses em conter os desafios coloniais na década de 1940, ao estender aos sujeitos coloniais uma forma de cidadania na Grande França, finalmente conduziu a pressões que ameaçaram a definição de cidadania na França e a lógica universalista da ideologia política francesa, na medida em que estes ex-cidadãos migraram da colônia para a metrópole. Rogers Brubaker, *Citizenship and Nationhood in France and Germany* (Cambridge, Mass., 1992). Para o caso através do qual as estruturas de poder e as formas de exclusão foram moldadas nas modernas sociedades metropolitanas em relação à colonização, ver Ann Stoler, *Race and the Education of Desire: a colonial reading of Foucault's History of Sexuality* (Durham, N. C., no prelo).

⁵⁸ Donald Crummey, Introduction: the Great Beast. In: Crummey, ed., *Banditry, Revellion, and Social Protest in Africa* (London, 1986); James C. Scott, *Weapons of the Weak: everyday forms of peasant resistance* (New Haven, Conn., 1985). Crummey tenta ir além da assimilação da violência popular para analisar a resistência anticolonial, argumentando que os regimes pré-coloniais também sofreram resistência. O autor, porém, acaba por desafiar neste contexto “o agente de opressão” (p.21) de uma forma ainda mais abstrata de como foi visto o colonialismo como objeto de resistência africana.

⁵⁹ Michel Foucault, *The History of Sexuality, Volume 1: an introduction*, Robert Hurley, trad. (New York, 1978), 95-96.

⁶⁰ Chatterjee, *Nationalist Thought and the Colonial World*; Douglas Haynes e Gyan Prakash, Introduction: the entanglement of Power and Resistance. In: Haynes e

Prakash, eds., *Contesting Power: resistance and everyday social relations in South Asia* (Berkeley, Calif., 1991), 1-22.

⁶¹ Megan Vaughan aponta que vigilância e controle nas sociedades metropolitanas direcionavam-se ao individual, enquanto o poder colonial tendeu a voltar-se à coletividade. Sua posição tem alguma validade (menos em relação ao desenvolvimentismo da década de 1940 do que os mecanismos de controle de “regras indiretas” nas décadas de 1920 e 1930), mas a dicotomia Euro-Africa é muito rígida. Vaughan, *Curing Their Ills*, 8-12. Mesmo depois da descolonização formal, o poder global permanece mais arterial – até mesmo aórtico – do que capilar, dado o imenso poder do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional sobre as tomadas de decisões dos Estados africanos.

⁶² Sherry Ortner, *Resistance: Some Theoretical Problems in Anthropological History and Historical Anthropology*. In: Terrence McDonald, ed., *The Historic Turn in the Human Sciences* (Ann Arbor, Mich., prelo).

⁶³ Beinart e Bundy, *Hidden Struggles in Rural South Africa*, 31.

⁶⁴ Mandala, *Work and Control*; Schmidt, *Peasants, Traders, and Wives*.

⁶⁵ White, *Comforts of Home*.

⁶⁶ Karen E. Fields, *Revival and Rebellion in Colonial Central Africa* (Princeton, N.J., 1985).

⁶⁷ James C. Scott, *Domination and the Arts of Resistance: hidden transcripts* (New Haven, Conn., 1990). Scott é vago em especificar o domínio sobre os qual seus argumentos se aplicam, desconsiderando a escravidão e o colonialismo e tomando exemplos de uma gama variada de casos como se as estruturas particulares de poder em cada um fosse de pequena consequência.

⁶⁸ Os historiadores dos Estudos Subalternos têm, por exemplo, estudado o comunalismo como uma categoria colonial de descrição, como uma categoria nacionalista a ser usada como um contraste à nação indiana e como uma categoria de ação popular mutável, manipulável e contestável; o trabalho assalariado aparece como uma construção universal e como uma experiência vivida particular; e Gandhi é mostrado com significados muito diferentes no Congresso Nacional indiano e nos contextos locais. Gyanendra Pandey, *The Construction of Communalism in Colonial North India* (Delhi, 1990); Dipesh Chakrabarty, *Rethinking Working-Class History: Bengal, 1890-1940* (Princeton, N.J., 1989); Shaid Amin, Gandhi as Mahatma, In: Guha e Spivak, *Selected Subaltern Studies*, 288-350. Ver também a discussão dessas questões em O’Hanlon, *Recovering the subject*.

⁶⁹ Dipesh Chakrabarty, *Marx after Marxism: history, subalternity and difference*, *Meanjin*, 52 (1993), p. 421-34; e Chakrabarty, *Rethinking Working-Class History*.

⁷⁰ Trabalho foi uma categoria numericamente pequena, mas de extrema influência, porque a própria limitação de significado dos canais comerciais, mineradores e industriais coloniais para um pequeno grupo (na posição de usar relações de organização

face a face), poderia comprometer totalmente a economia de importação-exportação. No Pós-Segunda Guerra Mundial, a elevação dos preços das mercadorias africanas e as iniciativas de desenvolvimento colonial (combinadas com a pressão inflacionária sobre os trabalhadores) modelaram uma conjuntura favorável para o ativismo trabalhista. Esta sessão é baseada em Frederick Cooper, *Decolonization and African Society: the labor question in French and British Africa*, no prelo.

⁷¹ Os líderes dos partidos políticos africanos não eram particularmente simpáticos às greves ou aos movimentos trabalhistas. Na greve que mais contribuiu para o mito do trabalho como frente de força do nacionalismo, a grande greve da ferrovia francesa do oeste africano de 1947-1948, os líderes políticos da região hesitaram em tomar uma posição em prol da causa operária, e alguns conspiraram contra ela. As demandas dos trabalhadores por igualdade com o sistema de trabalho francês tinham uma relação ambígua com a política anticolonial. O mito é mais claramente desenvolvido na novela de Sembene Ousmane, *God's Bits of Wood*, Francis Price, trad. (London, 1962).

⁷² Bienart e Bundy, *Hidden Struggles*, 31-37; Steven Feierman, *Peasant Intellectuals: Anthropology and History in Tanzania* (Madison, Wis., 1990); Richard Grove, *Colonial Conservation, Ecological Hegemony and Popular Resistance: Towards a Global Synthesis* In: John M. MacKenzie, ed. *Imperialism and the Natural World* (Manchester, 1990); Kriger, *Zimbabwe's Guerrilla War*, 157. Kriger é crítica à visão de que um tipo de política particular floresceu da própria existência de um campesinato, como argumentado em Terence Ranger, *Peasant Consciousness and Guerrilla War in Zimbabwe* (Berkeley, Calif., 1985).

⁷³ O relato mais persuasivo até o presente sobre os cálculos que terminaram com um império colonial é o de Jacques Marseille, *Empire colonial et capitalisme français: histoire d'un divorce* (Paris, 1984), mas seu enfoque resolutamente metropolitano não o auxilia a explicar os fatores nas colônias que aumentaram os presos e diminuíram os benefícios. No caso britânico, ver o chamado do Primeiro Ministro Macmillan, para uma análise explícita de custo-benefício em cada colônia, em *Prime Minister's Minute*, 28 de Janeiro de 1957, CAB 134/155, Public Record Office, Londres. Portugal, economicamente mais fraco, retrocedeu em seu império e buscou extrair mais deste, exacerbando o conflito mesmo quando o clima internacional transformou Portugal de um parceiro aceitável, porém retardatário, ao status de pária. Os colonialistas locais lutaram ainda mais.

⁷⁴ O exemplo mais notório de arrogância acadêmica é a insistência de Fredric James de que a literatura dos povos do Terceiro Mundo, oprimidos como eram pelo imperialismo, consistiria supostamente de “alegorias nacionais”. Sua posição foi apropriadamente rejeitada pelo fato de que partia do pressuposto de que os povos oprimidos só poderiam escrever sobre sua opressão e sentir-se oprimidos em termos nacionais. Fredric Jameson, *Third World Literature in the Era of Multinational*

Capitalism, *Social Text*, 15 (1986), p. 65-88, 69 citada; Aijaz Ahmad, Jamenson's Rhetoric of Otherness and the 'National Allegory', *Social Text*, 17 (1987), p. 3-25.

⁷⁵ Benedict Anderson, *Imagined Communities: reflections on the origin and spread of Nationalism* (London, 1991).

⁷⁶ J. Ayodele Langley, *Pan-Africanism and Nationalism in West Africa, 1900-1945: a study in ideology and social classes* (Oxford, 1973). Uma tentativa instigante, mas infrutífera, de um líder intelectual, no momento da independência de transformar um argumento pela unidade histórica da África em um caso pelo sistema federal continental, é o de Cheikh Anta Diop, *Les fondements culturels, techniques et industriels d'un futur état fédéral d'Afrique noire* (Paris, 1960). O próprio conceito de "África" é frágil e como argumenta Kwame Anthony Appiah, ver a África como uma entidade abre margem para um tipo de essencialismo racial que líderes como W. E. B. Du Bois buscavam combater. O autor insiste que a "África" deveria ser definida não por um tipo de autenticidade racial ou cultural, mas por sua história de luta: como a escravidão e a colonização definiram os africanos e como esses transformaram estas definições impostas em algo positivo. Appiah, *In My Father's House*. Ver também Mudimbe, *Invention of Africa*, e para um paralelo indiano, Sudipta Kaviraj, *The Imagery Institution of India*, em Chatterjee e Pandey, *Subaltern Studies*, VII, 1-39.

⁷⁷ A territorialização foi mais do que uma estratégia de dividir para governar aspirada pelos movimentos políticos africanos. Foi também uma tentativa de romper com a noção, freqüentemente invocada pelos sindicatos africanos, de que os custos e benefícios governamentais da Grande França deveriam ser equivalentes entre as raças. Ao dar aos políticos africanos autoridade sobre os orçamentos em nível territorial, essa política fez com que a política de salários governamentais fosse sustentada pelos tributados. A territorialização, em 1956, teve poderosos incentivos agregados, uma genuína devolução do poder aos oficiais eleitos em cada colônia. Embora alguns oficiais tentassem reviver a federação, cada um teve de considerar primeiro suas bases eleitorais, e o território mais rico (a Costa do Marfim) posicionou-se no sentido de obter maior ganho ao manter seus recursos nas fronteiras territoriais. A federação tornou-se impossível de reviver. William J. Foltz, *From French West Africa to the Mali Federation* (New Haven, Conn., 1965). Um chamado pós-independência para construir uma federação na antiga África Ocidental britânica também falhou. Joseph S. Nye Jr, *Pan-Africanism and East African Integration* (Cambridge, Mass., 1965).

⁷⁸ O estudo de Pandey, *The Construction of Communalism in Colonial North India*, encontra eco para a África colonial e pós-colonial: os nacionalistas assumem a idéia do colonialismo oficial de que a religião e os movimentos comunais eram "irracionais" e legitimizaram apenas "a massa do povo mobilizada em uma nova comunidade nacional" (p. 254). Parte da mesma retórica foi também usada para deslegitimar movimentos, incluindo os trabalhistas, que eram seculares e "modernos", ainda que limitados a segmentos particulares da comunidade nacional.

⁷⁹ Richrad A Joseph, *Radical Nationalism in Cameroun: social origins of the U.P.C. Rebellion* (Oxford, 1977); Achille Mbembe, *La naissance du maquis dans le Sud-Cameroun: histoires d'indisciplines (1920-1960)* (Paris, 1993); Bernan e Lonsdale, *Unhappy Valley*.

⁸⁰ Não aceito o argumento de Ronald Robinson e outros de que, no caso britânico, um plano claro de delegar poder foi desenvolvido anteriormente ao desenvolvimento dos movimentos nacionalistas (conseqüência mais do que causa da política britânica) e que esses não fizeram mais do que acelerar uma política previamente concebida. Esta interpretação “*Whig*”, como é chamada por John Darwin, não percebe a extensão pela qual os movimentos urbanos e rurais, não especificamente nacionalistas, desestabilizaram o senso de controle dos regimes coloniais, forçando-os a enfatizar seus próprios objetivos desenvolvimentistas, enquanto tentavam minimizar a importância do que foi “colonial” na autoridade colonial. Mais tarde, ajudaram a revelar que as iniciativas desenvolvimentistas gerariam mais conflito do que os aliviariam. Ronald Robinson, Andrew Cohen and the Transfer of Power in Tropical Africa, 1940-1951, In: W. H. Morris-Jones e Georges Fisher, eds., *Decolonization and After: the British and French experience* (London, 1980), 50-72; John Darwin, British Decolonization since 1945: A Pattern or a Puzzle?, *Journal of Imperial and Commonwealth Studies*, 12 (1984): 187-209.

⁸¹ Dipesh Chakrabarty argumenta que “o que o imperialismo europeu e os nacionalismos terceiro-mundistas alcançaram juntos foi a universalização do Estado-nação como a forma mais desejável de comunidade política”. Chakrabarty, *Postcoloniality and the Artifice of History*, 19. Alguns argumentam que, dada a fraqueza interna dos Estados do Terceiro Mundo, é a sua inserção nas relações internacionais que os preserva. Robert H. Jackson, *Quasi-States: sovereignty, international relations, and the Third World* (Cambridge, 1990).

⁸² Tais definições têm sido controversas por décadas, desde que James Coleman insistiu em delimitar o termo “nacionalista” a movimentos especificamente direcionados a assumir o poder em um Estado-nação. Thomas Hodgkin buscou com o termo nacionalismo incluir todos os protestos e ideologias anti-coloniais. Sua noção é realmente uma definição de ação política e pouco permite a um movimento político em uma colônia ser qualquer coisa que não nacionalista. As palavras significam mais se o nacionalismo for visto como apenas uma entre muitas possibilidades para a política. James S. Coleman, Nationalism in Tropical Africa, *American Political Science Review*, 48 (1954), p. 404-26; Hodgkin, *Nationalism*, 23.

⁸³ Janet G. Vaillant, *Black, French, and African: a life of Léopold Sedar Senghor* (Cambridge, Mass., 1990); Appiah, In: *My Father's House*; Mudimbe, *Invention of Africa*; Miller, *Theories of Africa*.

⁸⁴ Neste último ponto, ver a defesa imparcial de Edward Said do engajamento intelectual colonial e ex-colonial com a literatura e cultura européia, bem como sua crítica ao pensamento nacionalista; Said, *Culture and Imperialism* (New York, 1993).

⁸⁵ Nota das Secretarias, “Futuro Desenvolvimento Constitucional nas Colônias”, 30 de maio de 1957, CP (O) 5, CAB 134/135, Memorando da Secretaria de Estado, Nigéria, C57 (120), 14 de maio de 1957, CAB 129/87, Memorando da Secretaria de Estado, “Futura na África Ocidental”, CPC (59) 2, 10 de abril de 1959, CAB 134/1558, Secretaria de Registro Público.

⁸⁶ Joseph, *radical Nationalism*, Mbembe, *Naissance du maquis*. Tais reconfigurações políticas não são únicas à África: Yasser Arafat parece ser o beneficiário recente.

⁸⁷ Jean Marie Allman, *The Quills of the Porcupine: Asante Nationalism in a Emergent Ghana* (Madison, Wis., 1993); Mbebe, *Naissance du maquis*; Kriger, *Zimbabwe's Guerrilla War*; Tabitha M. Kanago, *Squatters and the Roots of Mau Mau, 1905-63* (London, 1987).

⁸⁸ Aristide Zolberg, *Creating Political Order: the Party States of West Africa* (Chicago, 1966).

⁸⁹ Existe um problema no argumento de Anderson sobre o nacionalismo crioulo relacionada à seguinte questão: o clamor das elites de transcender as divisões sociais. Como argumenta Julie Skurskie, a política da elite crioula não foi tão inclusiva ao tentar combater, cooptar e minimizar conflitos em nome da nação; foi também excludente, definindo violentamente grupos raciais e culturais fora da concepção de Nação. Skurskie, *The Ambiguities of Authenticity in Latin America: Dona Barbara and the Construction of National Identity, Poetics Today*, 15 (1994).

⁹⁰ Chatterjee, *Nationalist Thought and the Colonial World*; Partha Chatterjee, *The Nation and Its Fragments: colonial and postcolonial histories* (Princeton, N.J., 1993), 6. Chatterjee está apenas abrindo as portas daquilo que parece ser um debate longo e proveitoso sobre a inter-relação dos domínios econômico-político e doméstico-espiritual. Ver também Karen Tranberg Hansen, ed., *African Encounters with Domesticity* (New Brunswick, N.J., 1992) e Dipesh Chakrabarty, *The Difference-Deferral of (a) Colonial Modernity: Public Debates on Domesticity in British Bengal, History Workshop*, 36 (1993), p. 1-34.

⁹¹ Ver também David Ludden, *The Development Regime in India*, em Dirks, *Culture and Colonialism*, 247-88.

⁹² O argumento da construção é feito frequentemente. Ver, por exemplo, Homi K. Bhabha, ed., *Nation and Narration* (London, 1990).

⁹³ A saúde é um dos temas sobre o qual este tipo de questionamento se iniciou. Um historiador dos Estudos Subalternos (Arnold, *Colonizing the Body*) realizou um estudo pioneiro na Índia, e há estudos interessantes sobre a relação entre Estado e saúde realizados por Vaughan, *Curing Their Ills*, e Packard, *Healthy Reserve and the Dressed Native*.

⁹⁴ Anthony D. Smith, *State and Nation in the Third World: the Western State and the African Nationalism* (Brighton, 1983), 56. Como em meu estudo sobre o trabalho, pode-se examinar em muitos domínios como as instituições (sindicatos, comitês de relações industriais) de origem especificamente européia, mas discutidos pelos

oficiais como se fossem universais, foram usados pelos africanos de maneiras particulares, enquanto também reivindicavam a universalidade para servir a seus próprios fins. Para os modos de representação e exercício do poder na África, ver Jean-François Bayart, *L'état en Afrique: la politique du ventre* (Paris, 1989); e a controvérsia gerada em *Public Culture*, 5, n° 1 (1992), pelo artigo de Achille Mbembe, *The Banality of Power and the Aesthetic of Vulgarity in the Postcolony*, *Public Culture*, 4, n. 2 (1992), p. 1-30.

⁹⁵ Basil Davidson, *The Black Man's Burden: Africa and the Curse of Nation-State* (New York, 1993); Pieter Boele van Hensbroek, *Cursing the Nation-State*, *Transitions*, 61 (1993): 114-21; Liisa Malkki, *National Geographic: the Rooting of Peoples and the Territorialization of National Identity among Scholars and Refugees*, *Cultural Anthropology*, 7 (1992), p. 24-44; Akhil Gupta, *The Song of the Nonaligned World: Transnational Identities and the Reinscription of Space in Late Capitalism*, *ibid.*, 63-79.

⁹⁶ Uma recente investida em Fanon – comentando outras investidas – é a de Cedric Robinson, *The Appropriation of Frantz Fanon*, *Race and Class*, 15 (1993), p. 79-91; Henry Louis Gates Jr., *Critical Fanonism*, *Critical Inquiry*, 17 (1991), p. 457-70; e uma discussão crítica particular em Miller, *Theories of Africans*, 45-62.

⁹⁷ Frantz Fanon, *The Wretched of the Earth*, Constance Farrington, trad. (New York, 1966), 30. Ver também Frantz Fanon, *Black Skin, White Mask*, Charles Lam Merkmann, trad. (New York, 1967), 226-229. Said, *Imperialism and Culture*, 267-70, considera Fanon um aliado útil em sua crítica ao nacionalismo. Fanon não buscou construir uma “verdadeira Argélia” ao incorporar uma essência nacional, mas a retratou como uma sociedade emancipada de sua opressão colonial. Ainda, de sua própria forma, Fanon isolou o “verdadeiro anticolonialista” da história e experiência, tornando categorias impuras em critérios de exclusão do projeto de liberação. Uso a palavra *verdadeiro* em um sentido irônico, compartilhado por Herman Lebovic, *True France: the wars over cultural identity, 1900-1945* (Ithaca, N. Y., 1992).

⁹⁸ A análise psicológica de Fanon sobre a situação colonial e outras versões desta empreitada parecem-me profundamente falhas, uma transposição simplificada de questões da soberania do Estado para a autonomia pessoal, abstraída do contexto multidimensional, no qual as personalidades são, em realidade, moldadas. Uma tentativa mais recente e sofisticada de analisar questões de personalidade e colonização, não totalmente convincente, é a de Ashis Nandy, *The Intimate Enemy: loss and recovery of self under colonialism* (Delhi, 1983). Também existiram versões colonialistas do argumento psicológico, tratando de psicologias coletivas e individuais e defendendo que os africanos eram incapazes de resistir à pressão da modernização ou mover-se entre diferentes universos sociais. O exemplo mais notório é o de J. C. Carothers, *The Psychology of Mau Mau* (Nairobi, 1954).

⁹⁹ “O mundo colonial é um mundo maniqueísta”, escreveu Fanon (*Wretched*, 33), aparentemente sem perceber o quão profundamente fazia parte daquele mundo, mais do que as pessoas e a causa sobre as quais tentava escrever.

¹⁰⁰ Éxposé de M. Le Vice Président Sékou Touré à l'occasion de la conférence du 2 février 1958 avec les responsables syndicaux et delegates du personnel RDA, "Le RDA et l'action syndicale dans la nouvelle situation politique des T.O.M", PDG 9/ dossier 7, Centre de Recherche et de Documentation Africaine, Paris. O ministro do Trabalho, Camara Bengaly, insistiu que os sindicatos deveriam se tornar "colaboradores preciosos" para um governo africano: "qualquer concepção de sindicalismo contrária a esta orientação deve ser descartada e corajosamente combatida no sentido de ser eliminada de forma definitiva". Discurso em nome do Conselho de Governo da Guiné ao Congrès Constitutif de l'UGTAN, 23-25 de maio de 1958, sous-dossier UGTAN, K 421 (165), Archives du Sénégal.

¹⁰¹ A conclusão de um intelectual da Guiné sobre Sékou Touré está bem representada no título de seu livro: Ibrahima Baba Kaké, *Sékou Touré: les héros et le tyran* (Paris, 1987). Ver também Claude Rivière, *Lutte ouvrière et phénomène syndical em Guinée, Cultures et Développement*, 7 (1975): 53-83.

¹⁰² Não se deve assumir que os Estados africanos pós-coloniais foram autoritários de forma uniforme e que um Estado autoritário não poderia ser fraco de várias maneiras. Para uma das primeiras críticas à fragilidade dos regimes africanos e aos movimentos ideológicos através dos quais estes foram deslegitimizados, ver Zolberg, *Creating Political Order*. Meu argumento encontra paralelo na visão de Chatterjee sobre "o desenvolvimento plural das identidades sociais" que emergiram da luta com o Estado colonial, "que foram violentamente destruídos pela história política do Estado pós-colonial, que buscava replicar as formas modelares dos modernos Estados-nação". Chatterjee, *Nation and Its Fragments*, 156.

¹⁰³ Para o dualismo das concepções coloniais tardias de sociedade, ver Cooper, *Decolonization and African Society*.

¹⁰⁴ Chatterjee, *Nation na Its Fragments*, 237-38; Chakrabarty, *Postcoloniality and the Artifice of History*, 20. A "provincialização" é um argumento muito bom, mas implica um engajamento detalhado e matizado pelos caprichos da história europeia. Este argumento se enfraquece quando escorrega nas lacunas do liberalismo ou em pressupostos de que igualdade burguesa é uma construção imutável. Ver Chakrabarty, 20-21; Chatterjee, 198.